
A estação arqueológica de Salamansa (ilha de São Vicente, República de Cabo Verde)

JOÃO LUÍS CARDOSO*

ANTÓNIO MANUEL MONGE SOARES**

“A terra continua baixa até à bahia de *Salamansa*, que, por ser muito exposta à brisa, não é procurada; mas é espaçosa e n’ella podem fundear navios grandes, como no Porto Grande. Tem também bons fundos arenosos”.
(Barcellos, 1892, p. 62).

R E S U M O

Apresentam-se os principais resultados obtidos nas duas missões arqueológicas patrocinadas pelo Centro Português de Actividades Subaquáticas (CPAS) à ilha de São Vicente (República de Cabo Verde), em 1998 e em 2005. Em 1998, confirmou-se o efectivo interesse arqueológico do sítio, localizado sobre o mar, em local abrigado da vasta baía de Salamansa, situada na parte setentrional da ilha, tendo-se registado a respectiva extensão e estratigrafia e procedido à colheita de amostras para datação. Embora os resultados dessa campanha tivessem sido publicados, indicando estação de carácter habitacional, revelada pela notável acumulação de conchas, acompanhada de abundantes fragmentos de cerâmicas manuais, de produção africana, mantinha-se indefinida a sua verdadeira natureza. Impunha-se, assim, proceder à escavação integral da área que ainda subsistia da estação — sujeita de forma contínua a forte erosão marinha — bem como à colheita de novos materiais para datação, de forma a confirmar as conclusões preliminares anteriormente obtidas, objectivos que se concretizaram em 2005. Deste modo, foi possível concluir que, contrariando a hipótese, de início considerada, de poder corresponder a um testemunho da ocupação da ilha em época anterior à chegada dos Portugueses — hipótese que já as primeiras datas de radiocarbono contradiziam — se trata de um sítio onde uma unidade habitacional construída por muros de pedra seca, de planta ortogonal, revela inspiração europeia, aliás sublinhada pelos materiais exumados, onde estão representados produtos com tal origem, como cachimbos de caulino, vidros, faianças portuguesas, e projecteis de armas de fogo, a par de objectos oriundos do Extremo Oriente, num quadro dominado pelas produções cerâmicas africanas. Esta situação evidencia um estabelecimento cuja ocupação se centrou no século XVII, conforme indicam os materiais recolhidos e os resultados das datações obtidas, francamente aberto aos contactos de longa distância, apesar do isolamento do local escolhido. Os restos faunísticos recolhidos, com a presença de

burro e de boi, sugerem um estacionamento sedentário, sendo a alimentação assegurada essencialmente pela captura de tartarugas, pela pesca e pela recolção de moluscos marinhos (especialmente grandes lapas) e complementada pelo consumo de cabra, que poderia ser doméstica ou caçada, dado o estado selvagem a que retornou ali esta espécie. Na última parte do trabalho, discutem-se as diversas hipóteses susceptíveis de explicar esta estação — desde um entreposto comercial relacionado com a exploração agro-pecuária da ilha de Santo Antão, passando por pequeno estabelecimento especializado de apoio à navegação, com a produção de carne salgada de tartaruga, até ter constituído refúgio relacionado com a intensa pirataria vigente à época no arquipélago, tendo presente os elementos históricos conhecidos, que, aliás, indicam que o início da ocupação permanente de São Vicente só se produziu a partir da segunda década do século XIX. Seja como for, a forte componente cultural africana revelada pelo espólio destes primeiros ocupantes da ilha expressa-se também pelos rituais que terão envolvido o abandono do estabelecimento, com o enterramento de dois vasos emborcados sob o chão da habitação explorada, e a deposição de uma pequena taça, nas mesmas circunstâncias, junto à parede da mesma, do lado externo.

A B S T R A C T

The main results obtained in two archaeological campaigns funded by the Centro Português de Actividades Subaquáticas (CPAS) and carried out in 1998 and 2005 at São Vicente island (Republic of Cape Verde) are presented. The site is located close to the sea, in the sheltered bay of Salamansa, in the northern part of the island. During the first campaign, the stratigraphy was recorded and some samples were collected for radiocarbon dating. The results point to a small settlement with a remarkable accumulation of marine shells and abundant fragments of handmade ceramics of African origin. These preliminary results were published highlighting the archaeological interest of the site. However, the true nature of the archaeological site remained unknown. So, an extensive excavation of the site was needed, which took place in 2005. The new campaign allowed to conclude that conversely to the hypothesis considered when the field intervention started — a settlement previous to the arrival of the Portuguese explorers — the site consists in a house of dry stone walls with an orthogonal plan of European style, where several artifacts of the same origin were found namely kaolin pipes, glass, Portuguese pottery, fire gun bullets and also artifacts of Far East provenance. Nevertheless, the most part of the recovered pottery is of African origin. Radiocarbon dates support the archaeological evidence that the human occupation of Salamansa archaeological site began after the Portuguese arrival. All this points to a first human occupation around the 17th century with long-distance contacts, in spite of the remote location of the site. Faunal remains include ox and donkey, suggesting a sedentary settlement, with current sea food source of turtles, fish and mollusks complemented by meat from goats, domesticated or hunted, since European goats introduced in the islands had meanwhile produced populations in wild state. Finally, several hypotheses concerning the nature of the settlement are discussed namely if it is a small commercial site resulting from the agro-pastoral exploration of the nearby Santo Antão island or a specialized site supporting sea navigation supplying salted turtle meat, or also a refuge related to the intense piracy common on those days. These hypotheses take into consideration known historical elements indicating that early São Vicente colonization had occurred during the second decade of 19th century. Nevertheless, a strong African influence is present in the settlement, not only concerning the nature of the archaeological record but also in the rituals of abandonment of the site burying ceramic ware under the habitat floor, with vase mouths facing down.

1. Antecedentes: os trabalhos realizados em 1998

Em 1993, Francisco Reiner e António Guerreiro identificaram ocasionalmente, no âmbito do estudo da fauna de moluscos marinhos da ilha de São Vicente, uma grande acumulação de conchas, de origem antrópica, situada na praia da baía de Salamansa, localizada no litoral setentrional da ilha. Regressados a Portugal, essa descoberta foi pela primeira vez apresentada na exposição “Cabo Verde Profundo”, organizada na sede do Centro Português de Actividades Subaquáticas (CPAS), a qual mereceu o interesse das autoridades cabo-verdianas que então a visitaram, e que esteve na origem da primeira missão, efectuada em Abril de 1998. Dos resultados então obtidos, foi elaborado pelo primeiro signatário, na qualidade de Chefe de Missão, um primeiro relatório, entregue ao CPAS ainda naquele mês de Abril (Cardoso, 1998a), a que se sucedeu relatório mais circunstanciado, entregue naquela Instituição em Novembro do mesmo ano, o qual foi prontamente remetido para o Governo de Cabo Verde (Cardoso, 1998b). Tais documentos corporizam, pois, a prioridade científica do CPAS no tocante à identificação, conhecimento e divulgação desta importante estação arqueológica

O concheiro, cujo comprimento máximo atingia cerca de 22 m, na frente voltada para o mar, formava montículo (Fig. 1), em resultado de assinalável acumulação de conchas, constituindo situação de evidente interesse científico que importava investigar adequadamente. O presente estudo dá conta dos resultados das duas missões arqueológicas realizadas sob a égide do Centro Português de Actividades Subaquáticas (CPAS), chefiadas pelo primeiro signatário, de 2 a 7 de Abril de 1998 e de 17 a 31 de Março de 2005. O seu objectivo, em ambas plenamente alcançado, consistia, respectivamente, na caracterização preliminar da natureza da estação arqueológica e, depois, na sua escavação integral.

Os trabalhos realizados em 1998 foram apoiados pelo Governo de Cabo Verde, através do Instituto de Investigação e do Património Culturais – cujo Presidente, Dr. Carlos Carvalho, participou activamente nos trabalhos de campo – e pela Câmara Municipal de São Vicente e, em Portugal, pela Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica do então designado Ministério da Ciência e Tecnologia. Os principais resultados encontram-se já publicados (Cardoso & *alii*, 2002) e correspondem ao desenvolvimento do relatório apresentado em Novembro de 1998 (Cardoso, 1998b).

Os trabalhos realizados sob a orientação do primeiro signatário, enquanto chefe da missão designado pelo CPAS, consistiram na regularização da frente daquela acumulação, paralela à linha da água, e sujeita à erosão marinha (Fig. 2). No decurso destes trabalhos, peneiraram-se todas as terras desmontadas pelas vagas, tendo sido, desta forma, possível, a recolha de alguns materiais arqueológicos que ali jaziam, ainda que desprovidos de indicações estratigráficas.

Uma vez limpa toda a frente do concheiro, efectuou-se a respectiva leitura, descrição e interpretação estratigráfica, tendo-se então identificado diversos leitos de argila cozida pelo calor, interestratificados com leitos de cinzas e carvões, assentando a sucessão assim constituída em areias de praia com abundantes bioclastos. Os materiais arqueológicos dispersavam-se pelo talude e foram agrupados em três categorias distintas:

- cerâmicas indígenas feitas manualmente, sem recurso ao torno de oleiro rápido;
- exemplares líticos, aparentemente talhados, com destaque para os de sílex, rocha não existente na ilha, que se saiba;
- materiais metálicos, sobretudo de ferro, de formas em geral indefinidas por se encontrarem profundamente oxidadas.

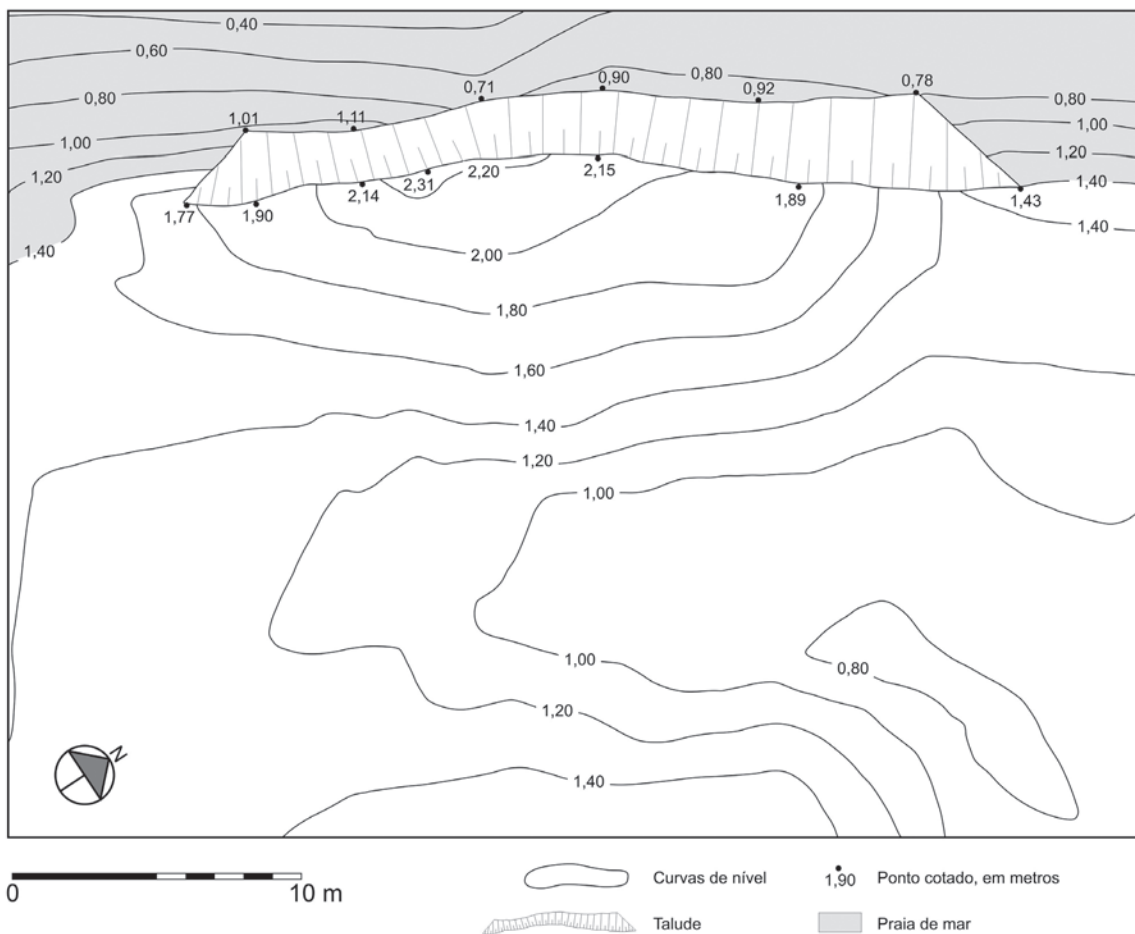


Fig. 1 Localização do concheiro de Salamansa no litoral da ilha de São Vicente (em cima) e planta topográfica da superfície do concheiro, realizada em Abril de 1998 pela Câmara Municipal de São Vicente (em baixo).



Fig. 2 Vista parcial da frente do concheiro de Salamansa, depois de a sua frente ter sido regularizada, em 1998 (foto de J. L. Cardoso).

Em resultado do estudo preliminar dos materiais recolhidos, a par da análise estratigráfica da sucessão exposta, foi possível obter algumas conclusões gerais, desde logo apresentadas à Direcção do CPAS, sob a forma de relatório preliminar, entregue a 21 de Abril de 1998 (Cardoso, 1998a) e, sob a forma de nota (Cardoso, 1998b), destinada a publicação em Cabo Verde, na revista *Kultura* entregue a 21 de Novembro de 1998, integrando já os resultados de algumas datações de radiocarbono obtidas, entretanto abusivamente utilizadas por terceiros, ainda que com evidentes erros metodológicos, por quem não estava autorizado a fazê-lo. Tal situação obrigou o CPAS e os autores da publicação dedicada à apresentação dos resultados da missão efectuada em 1998, a reporem a verdade científica, no número seguinte da revista onde o abuso foi cometido (Cardoso & *alii*, 2002).

Tais conclusões preliminares, que agora se republicam, consistiam, essencialmente, no seguinte:

- existência dos já aludidos pisos de barro cozido, de espessura centimétrica a milimétrica, evidenciados pela coloração castanho-alaranjada que adquiriram devido ao calor. Estes pisos, de desenvolvimento regular e uniforme, ocupavam o interior de unidades habitacionais de carácter muito precário, tendo adquirido a referida coloração, acompanhada de aumento de dureza, em resultado de incêndios que teriam atingido as cabanas que lhes correspondiam;
- os referidos pisos encontravam-se limitados de um dos lados do corte então regularizado por amontoado de blocos de rochas ígneas, de origem local, constituindo muro, derrubado para o que seria o interior da primitiva cabana; tornava-se no entanto difícil avaliar se esta correspondia a estrutura de planta quadrangular ou rectangular, de pequenas dimensões, como as que actualmente se observam no próprio local, ocupadas por pescadores, ou de simples pára-vento,

- como os também observados na zona norte da ilha. Esta questão só poderia ser resolvida, como de facto foi, mediante a escavação em extensão do sítio;
- do lado externo da referida estrutura habitacional, em local imediatamente adjacente, observaram-se, sucessivamente sobrepostos, leitos de cinzas finamente estratificados, de coloração esbranquiçada, por vezes alternantes com camadas de conchas muito fragmentadas e com abundantes restos carbonosos. Seriam despejos de detritos domésticos produzidos na referida cabana, correspondendo as cinzas a varreduras de lareiras e as conchas a restos de refeições; a sua abundância está, assim, ligada à formação do próprio montículo artificial justificando a designação de “concheiro”. Verificou-se que a espécie mais abundante é a *Patella* sp., representada por grandes exemplares inteiros concentrados na parte superior da sequência estratigráfica; ocorrem também restos de tartaruga, alguns deles alterados pelo calor, indicando o modo como os animais foram consumidos, a par de restos ictiológicos, em finíssimos leitos compactos. Especialmente junto da extremidade oriental do concheiro, abundavam ossos de cabra (*Capra hircus*), frequentemente inteiros, em parte expostos pelo desmonte provocado pelo mar, conservando-se outros ainda *in situ*. Tais restos foram datados pelo radiocarbono;
 - em estreita associação com os restos referidos, e dispersos entre eles, recolheram-se numerosos fragmentos cerâmicos, quase todos lisos e feitos manualmente ao torno lento, correspondendo a potes ou a taças fundas, de coloração via de regra anegrada, devido aos ambientes redutores de cozedura e às baixas temperaturas atingidas. Alguns fragmentos ostentam decorações incisadas, produzidas por ponteiros deslizantes na pasta fresca, formando motivos geométricos muito simples, denotando evidente simbolismo. Um dos fragmentos recolhidos em 1998 possui decoração impressa de rosetas, produzida por matriz, talvez metálica. As colorações dos recipientes são, via de regra, anegradas e as pastas médias a grosseiras, apresentando superfícies pouco alisadas, ou mesmo rugosas;
 - recolheram-se diversos artefactos líticos (que então foram atribuídos a raspadores e raspadeiras), executados sobre lascas, por vezes obtidas de seixos rolados de rochas siliciosas; é de destacar um exemplar com a forma de furador espesso e curto, sobre lasca de sílex;
 - o conjunto de objectos metálicos é escasso, estando presentes espigões de ferro, muito oxidados e de diversos tamanhos (pregos ?), e raros materiais de ligas cupríferas, difíceis de classificar devido ao mau estado de conservação;
 - uma ocorrência, detectada aquando da regularização do corte e perto da sua base, merece destaque particular por possuir evidente simbolismo: trata-se de um vaso inteiro, de excelente acabamento, realizado manualmente ao torno lento, o qual foi depositado intencionalmente, com a boca voltada para baixo, sob um dos pavimentos supra referidos. No corte realizado, observa-se bem o pequeno covacho realizado para a sua deposição, que cortou o referido pavimento. O seu interior revelou resíduos anegrados, depositados sobre o fundo; trata-se de temática que será adiante desenvolvida, até pela identificação, na campanha de 2005, de dois outros recipientes nas mesmas condições, associados à referida unidade habitacional, então posta à vista na íntegra.

O facto de não se terem encontrado nos trabalhos preliminares de 1998 nenhuns elementos claramente de origem europeia e, ao contrário, se terem reconhecido diversas produções cerâmicas manuais, de origem indígena, levou a considerar a possibilidade de se estar perante uma ocupação anterior à chegada dos europeus ao arquipélago, atribuída ao ano de 1456 (?), que as encontraram, segundo consta invariavelmente de todos os relatos, completamente desabitadas de

homens. No entanto, existia a tradição, registada já em 1717 pelo padre jesuíta António Cordeiro, mas jamais demonstrada, de terem sido os primeiros povoadores africanos, oriundos do litoral do actual Senegal:

Que gentes fossem as primeyras que as habitarão, supponho não foraõ os nossos descobridores Portuguezes, pois já as acháraõ tam cheyas de gados, que outros tinhaõ là levado, & creado, & deviaõ ser vizinhos de Cabo verde, como da junta Mourama, os primeyros povoadores das Canárias”; à margem, na mesma folha, lê-se, em itálico, como sùmula do exposto no corpo principal do texto, o seguinte: “Seus antigos, & primeyros inventores, & habitadores, se presume terem sido os vizinhos de Cabo Verde em África, que as não quizerãõ habitar; segundo os Portugueses, que nellas sómente achàrãõ gado, & não creatura humana (Cordeiro, 1717, p. 60).

Esta afirmação veio a ser comentada negativamente em diversas obras (Lima, 1844, I, pp. 103–104), pois, como se disse, nenhuma prova em seu abono foi possível obter dos testemunhos do tempo da descoberta de todo o arquipélago, explicando-se a prévia existência de gados em algumas das ilhas por tentativas de colonização com animais nelas efectuadas, tendo em vista a sua ulterior captura (especialmente de cabras). No entanto, a hipótese de, pela primeira vez, poderem existir provas concludentes da anterioridade daquele povoamento, por populações africanas – até porque tal não seria impossível, tendo presente o regime das correntes oceânicas vigente na região –, foi naturalmente recebida com grande interesse pela comunidade local, interesse que justificou o próprio apoio das entidades oficiais que viabilizaram os trabalhos, passando estes a ser um dos temas mais tratados nos noticiários da rádio e da televisão, e nos jornais. Com efeito, logo no dia 3 de Abril de 1998, noticiava o semanário “A Semana”, os trabalhos começados havia pouco, a toda a largura da primeira página, “Vestígios de vida pré-europeia reabrem discussão sobre história de Cabo Verde”, dedicando-lhes ainda duas páginas completas no seu interior. Também em Portugal os trabalhos da missão arqueológica tiveram repercussões: o diário “Público” de 15 de Abril de 1998 dedicava-lhes uma página, sob o sugestivo título “O mistério de Salamansa”.

Depois de concluídos estes primeiros trabalhos, tornava-se ainda mais clara a importância que a datação pelo radiocarbono detinha para a determinação da cronologia daquela ocupação humana, o que também não deixou de ser devidamente sublinhado na imprensa cabo-verdiana: a 15 de Maio de 1998, de novo o jornal “A Semana” publicava notícia intitulada “Resultados laboratoriais não demoram muito”. Com efeito, uma das prioridades do primeiro signatário foi, logo que regressado a Portugal, solicitar a colaboração do segundo signatário, do Instituto Tecnológico e Nuclear (ITN) para, com base em amostras recolhidas para essa finalidade, tentar esclarecer a cronologia da ocupação. Esse era um dos pontos essenciais que convinha ver esclarecidos antes de se pensar no prosseguimento dos trabalhos, constando do relatório subscrito pelo primeiro signatário e entregue ao CPAS logo a 21 de Abril de 1998, depois de concluída a missão a 7 de Abril, recomendando-se a execução de quatro datações pelo método do radiocarbono (Cardoso, 1998a).

A realização dessas quatro datações, três sobre conchas de *Patella* sp. e uma sobre ossos de cabra (*Capra hircus*) veio esclarecer em parte a questão, conforme consta do estudo entregue pelo primeiro signatário ao CPAS a 21 de Novembro de 1998 (Cardoso, 1998b) e onde se apresentaram já as três datas obtidas sobre concha. A data obtida sobre ossos de cabra, comunicada ao signatário pelo ITN apenas a 19 de Abril de 2001, veio permitir uma maior precisão nas conclusões acerca da cronologia do concheiro, objecto de discussão já publicada (Cardoso & *alii*, 2002) como segue:

Quadro 1. Concheiro de Salamansa. Datas de radiocarbono obtidas em amostras recolhidas em 1998.

<i>Ref. de Laboratório</i>	<i>Ref. da Amostra</i>	<i>Tipo de Amostra</i>	$\delta^{13}\text{C}$ (‰)	<i>Data convencional de ^{14}C (BP)</i>
Sac-1616	Salamansa C1	Ossos	-13,13	275±60
Sac-1528	Salamansa C1 P	<i>Patella</i> spp.	-4,63	860±40
Sac-1530	Salamansa C2 P	<i>Patella</i> spp.	0	730±35
Sac-1531	Salamansa C6 P	<i>Patella</i> spp.	3,10	830±35

Note-se que Sac-1616 e Sac-1528 correspondem a duas datas obtidas a partir de amostras contemporâneas mas provenientes de reservatórios geoquímicos diferentes — da biosfera terrestre e da biosfera marinha, respectivamente. Deste modo, foi possível determinar o valor de ΔR para as águas costeiras da ilha de São Vicente, tendo em atenção o proposto por Stuiver & Braziunas (1993). O valor determinado foi de 170 ± 40 anos. Tendo em atenção este valor de ΔR , é possível calibrar as datas Sac-1530 e Sac-1531, fazendo uso da curva de calibração para organismos marinhos (Stuiver, Reimer & Braziunas, 1998), enquanto a data Sac-1616 será calibrada fazendo uso da curva para amostras da biosfera terrestre (Stuiver & *alii*, 1998). No Quadro 2 encontram-se indicados os valores destas datas calibradas, as quais são apresentadas como intervalos máximos, indicando-se entre parênteses, a intersecção com a curva de calibração.

Quadro 2. Concheiro de Salamansa. Datas de radiocarbono calibradas de amostras de organismos marinhos recolhidos em 1998.

<i>Ref. de Laboratório</i>	<i>Data ^{14}C (BP)</i>	<i>Data (1 sigma) cal AD</i>	<i>Data calibrada (2 sigma) cal AD</i>
Sac-1616	275±60	1520(1644)1786	1470 (1644) 1947
Sac-1530	730±35	1681 (1708) 1821	1655 (1708) 1950
Sac-1531	830±35	1621 (1658) 1684	1525 (1658) 1713

Tendo em atenção os dados do Quadro 2, facilmente se verifica que a amostra da Camada 6 (Sac-1531) é mais antiga que a da Camada 2 (Sac-1530), mas que existe uma probabilidade razoável das amostras provenientes da Camada 1 (que não provêm do mesmo sector onde foram recolhidas as outras amostras e por isso as camadas não poderão ser correlacionadas lateralmente) serem as mais antigas de todas ou *grosso modo* serem contemporâneas da amostra proveniente da Camada 6. De qualquer modo, a formação do concheiro será atribuível aos séculos XVII e XVIII, existindo, no entanto, uma probabilidade razoável de se ter iniciado ainda no século XVI. Note-se, por outro lado, o número diminuto de datas disponíveis para um sítio arqueológico tão complexo como é um concheiro e que o valor de ΔR determinado o foi apenas com um par de datas, o que torna a fiabilidade das calibrações efectuadas também diminuta.

Estes resultados apontavam para uma ocupação do local já depois de conhecido e povoado o arquipélago pelos Portugueses, pese embora o facto de a ilha de São Vicente ser uma das últimas a ser ocupada permanentemente em virtude da falta de água: só no século XIX, mercê das condições particularmente adequadas do porto do Mindelo como porto de escala para o reabastecimento em

carvão de navios que faziam as carreiras da América do Sul, a que se juntou logo depois a instalação dos cabos submarinos para aquele continente, a fixação de habitantes na ilha passou a ser significativa.

Outra recomendação que já constava do Relatório Preliminar de 21 de Abril de 1998 prendia-se com a continuidade dos trabalhos, que se afigurava necessária para o completo esclarecimento da própria natureza da estação arqueológica, através da “Realização de uma escavação arqueológica em extensão, a partir da superfície conservada do concheiro, única maneira de recolher nova e mais abundante informação, susceptível de melhorar e completar a já disponível” (Cardoso, 1998a).

Assim, tendo já aquele objectivo por adquirido, os trabalhos concluíram-se em 1998 com a protecção da frente do concheiro com um murete de blocos basálticos, de forma a evitar a contínua destruição do depósito pela acção da ondulação.

2. Os trabalhos realizados em 2005

Face ao acima exposto, foi entendimento tanto da Direcção do CPAS como do Governo de Cabo Verde, dar desde logo continuidade aos trabalhos de campo, o que, porém, só veio a verificar-se em 2005, depois de vários anos de troca de correspondência nesse sentido. A direcção da missão foi, de novo, confiada ao primeiro signatário e incluiu, da parte portuguesa, a Dr.^a Alexandra Gradim, arqueóloga, e o Sr. Bernardo Ferreira, desenhador de arqueologia, que se deslocaram a título individual. A contribuição da parte cabo-verdeana foi assegurada pelo Dr. Hamilton Jair Fernandes, na qualidade de representante do Instituto de Investigação e do Património Culturais, e pela Dr.^a Isa Lelis, antropóloga, Técnica Superior do ex-Centro Nacional de Artesanato do Mindelo. Os trabalhos foram acompanhados pelo Dr. Carlos Carvalho, Presidente do Instituto de Investigação e do Património Culturais.

A realização desta segunda missão só foi possível pelos patrocínios obtidos junto do Ministério da Cultura cabo-verdeano, através do referido Instituto, e da Câmara Municipal de São Vicente e, pela parte portuguesa, através da Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.

Os trabalhos de campo decorreram de 17 a 31 de Março de 2005, no decurso dos quais se escavou na íntegra, conforme se pretendia, a área ocupada pelo concheiro, tendo a presença da equipa culminado com uma palestra do primeiro signatário, realizada no Centro Cultural do Mindelo, que de novo foi repetida no CPAS no dia 17 de Junho de 2005. O êxito atingido pelos trabalhos foi reconhecido pelo Governo de Cabo Verde, através do Ofício dirigido pelo Presidente do Instituto de Investigação e do Património Culturais à Presidente do CPAS, a 18 de Maio de 2005.

Tendo em vista a preservação da escavação, foi enviada mensagem ao senhor vereador da Cultura da Câmara Municipal do Mindelo, com instruções sobre o modo como se poderia efectivar a cobertura da área escavada, aliás visitada no decurso e no final dos trabalhos por diversos responsáveis, entre os quais a Presidente da Câmara Municipal do Mindelo, Dr.^a Isaura Gomes.

Neste trabalho, serão apresentados os principais resultados obtidos, com base nas estruturas arqueológicas postas a descoberto, nos materiais exumados e nas datações complementares de Carbono 14 que foram realizadas e que permitiram, além de confirmar as conclusões publicadas em 2002, demonstrar o inequívoco interesse desta estação arqueológica e da sua preservação e recuperação, tendo presente que se trata do mais antigo testemunho da presença humana na ilha de São Vicente.

2.1. Área investigada e metodologia utilizada

A área ocupada pelo concheiro, reduzida aproximadamente a metade do seu volume inicial, devido à erosão provocada pela ondulação marítima, correspondia aproximadamente a um arco de círculo, com cerca de 14 m de comprimento máximo por cerca de 6 m de largura máxima (Fig. 1). Tendo presente o desenvolvimento dessa acumulação, cuja potência máxima observada na parte central, não ultrapassava 1 m (Figs. 3 e 4), estabeleceu-se quadrícula com 2 m de lado, formando rectângulo com o comprimento de 12 m e a largura de 6 m (Fig. 5), o qual foi sendo progressivamente escavado (Figs. 6 a 8), e segundo os elementos obtidos no desenrolar dos trabalhos; assim, considerou-se dispensável a escavação de alguns dos quadrados periféricos, por se ter verificado serem desprovidos de interesse. Desta forma, pode dizer-se que a metodologia utilizada correspondeu à escavação em extensão, por camadas artificiais de 0,20 m de potência, seguida da crivagem integral das terras, muito arenosas e pulverulentas, a seco, com crivo de 4 mm. Devido à grande quantidade de pó, sobretudo matérias orgânicas carbonosas, e grãos de areia, levantados pelo vento, especialmente na crivagem, foi necessário utilizar em permanência óculos protectores. Os materiais foram referenciados sistematicamente ao quadrado onde foram recolhidos, incluindo a respectiva profundidade de recolha.

Ao mesmo tempo que a escavação avançava, o desenhador de arqueologia que integrou a equipa recolhia os elementos gráficos necessários para o registo da estratigrafia e das estruturas que entretanto iam sendo postas a descoberto, de tal forma que a finalização da escavação coincidiu com a conclusão daquelas tarefas. Nos onze dias úteis que durou a escavação, atingiram-se completamente os objectivos inicialmente definidos, que previam a escavação integral da estação arqueológica, acompanhada do respectivo registo gráfico e fotográfico.



Fig. 3 O concheiro de Salamansa visto do lado do mar, em 2005 (foto de J. L. Cardoso).



Fig. 4 Vista geral do concheiro de Salamansa, em 2005, imediatamente antes do início da escavação arqueológica (foto de J. L. Cardoso).



Fig. 5 Vista geral do concheiro de Salamansa, em 2005, observando-se o sistema de quadrícula no terreno (foto de J. L. Cardoso).



Fig. 6 Vista geral do concheiro de Salamansa, em 2005, no decurso das escavações (foto de J. L. Cardoso).



Fig. 7 Vista geral do concheiro de Salamansa, em 2005, no decurso das escavações. Ao fundo, observa-se o perfil montanhoso da ilha de Santo Antão (foto de J. L. Cardoso).

2.2. Estratigrafia

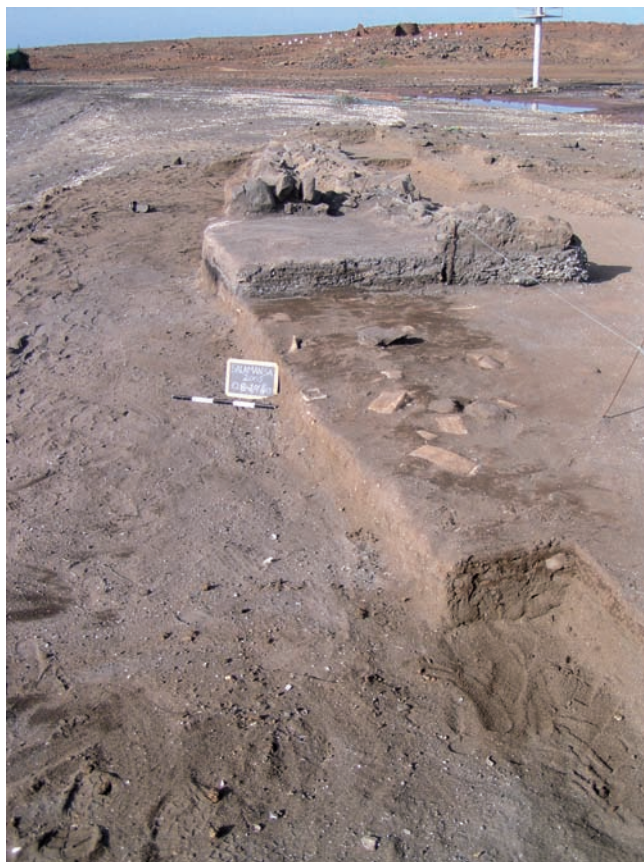
A estratigrafia foi cuidadosamente registada em sucessivos cortes observados do lado do mar, feitos de norte para sul, abarcando todo o comprimento do concheiro. Com base nessas descrições de pormenor, foi possível elaborar a sequência estratigráfica simplificada que se apresenta na Fig. 11, já que seria absolutamente impossível registar naquela peça desenhada os muitos leitos centimétricos observados no terreno.

A observação pormenorizada dos sucessivos cortes observados ao longo da frente do concheiro exposta ao mar evidencia que a potência máxima, verificada em Q. B e Q. P, resultou dos despejos de cinzas, carvões e materiais orgânicos (restos de alimentação) oriundos do interior da habitação situada imediatamente a norte daqueles dois quadrados (Fig. 11). A potência dos respectivos despejos, especialmente dos constituídos por cinzas e restos de tartaruga, diminui, como seria de esperar, com a distância àquela estrutura habitacional, de tal modo que na área mais periférica do concheiro, são os depósitos constituídos por restos de cabra que predominam, imediatamente cobertos pelos depósitos superficiais, de areias e conchas de *Patella* sp. inteiras, que corporizam uma ocupação mais moderna. No entanto, outra interpretação para a presença deste nível superficial de grandes conchas inteiras é possível e mesmo provável. Sem contrariar a sua modernidade, uma vez que esta camada se encontra associada a um conjunto de grandes blocos basálticos, restos inquestionáveis de uma estrutura derruída, possivelmente o muro da única cabana identificada, tombados sobre os depósitos de cozinha dela oriundos, como se evidencia na Fig. 10, no corte CD da Fig. 11, é possível que a sua constituição corresponda a um palimpsesto, integrando materiais de várias épocas. Com efeito, o intenso vento de Nordeste que se faz sentir no local, pode ter remobilizado os materiais mais leves, como as cinzas, os carvões e os pequenos fragmentos de conchas que caracterizam as camadas subjacentes, deixando apenas no local original os elementos de maiores dimensões e mais pesados, com destaque para os blocos basálticos e as referidas grandes conchas de *Patella* sp.

Assim, a sequência observada permite concluir que os ocupantes da habitação, cujos derrubes explicam a abundância de blocos basál-



Fig. 8 Pormenor do corte estratigráfico observado na extremidade meridional do concheiro de Salamansa (Q. A), com a camada constituída por restos de cabra e conchas muito partidas assente directamente nas areias de praia, correspondentes à superfície topográfica original (foto de J. L. Cardoso).



ticos nas camadas mais altas da sucessão estratigráfica, produziam intensamente fogo no seu interior — o que, aliás, se encontra demonstrado pela rubefacção da fina camada de argila e terra batida que revestia o chão da mesma — sendo as cinzas e restos de carvões despejados imediatamente do seu lado externo, situado a sul, a favor do vento; estes materiais de combustão encontram-se intimamente interestratificados com restos alimentares, sobretudo de origem marinha, destacando-se a tartaruga e diversos moluscos, sobretudo *Patella* sp.

Uma análise mais pormenorizada conduz à conclusão de que, na parte

Fig. 9 Vista do sector meridional do concheiro de Salamansa, em 2005, com placas de carapaça de tartaruga e do respectivo plastrão, directamente assentes na superfície da antiga praia, sobrepostas por níveis de conchas, observados no corte, em segundo plano (foto de J. L. Cardoso).



Fig. 10 Vista frontal, do lado de terra, do sector meridional do concheiro de Salamansa, em 2005, observando-se a disposição caótica de grandes blocos basálticos, correspondentes provavelmente ao derrube do muro da cabana, assentes em camada lumachélica, constituída por fragmentos de conchas e carvões, cujo testemunho se observa num dos quadrados, directamente assente na areia da base (foto de J. L. Cardoso).

inferior da sequência, são os restos de tartaruga que dominam, assentes directamente na superfície da praia pré-existente (Fig. 9), sugerindo que, no início da ocupação, os habitantes, ainda pouco fixados ao território, tinham aquele animal marinho como base essencial da sua alimentação.

Na parte média da referida sequência (Fig. 10), são as acumulações de conchas, mais ou menos fragmentadas, de mistura com restos de tartaruga, e corpos carbonosos, a par de despejos de cinzas, que predominam. Pela sua abundância, pode concluir-se que esta foi a fase em que mais se exploraram os recursos marinhos, revelando um pleno domínio da exploração dos biótopos litorais adjacentes, incluindo a pesca, a captura de tartarugas e a intensa recollecção litoral.

Sucedese, na parte superior da sequência, um nível pedregoso (Fig. 10) correspondente ao abandono e ulterior colapso da estrutura, corporizado por abundantes blocos de basalto dispostos caoticamente, mais ou menos coevo das derradeiras ocupações, onde dominam, pelas razões já apontadas, as grandes conchas de *Patella* sp.

Tendo presente a informação estratigráfica (Fig. 11), é à fase correspondente à utilização da cabana, adiante descrita, que reporta o consumo generalizado de animais domésticos, representado pela cabra (*Capra hircus*), o que sugere que só nessa altura a comunidade ali fixada teria encon-

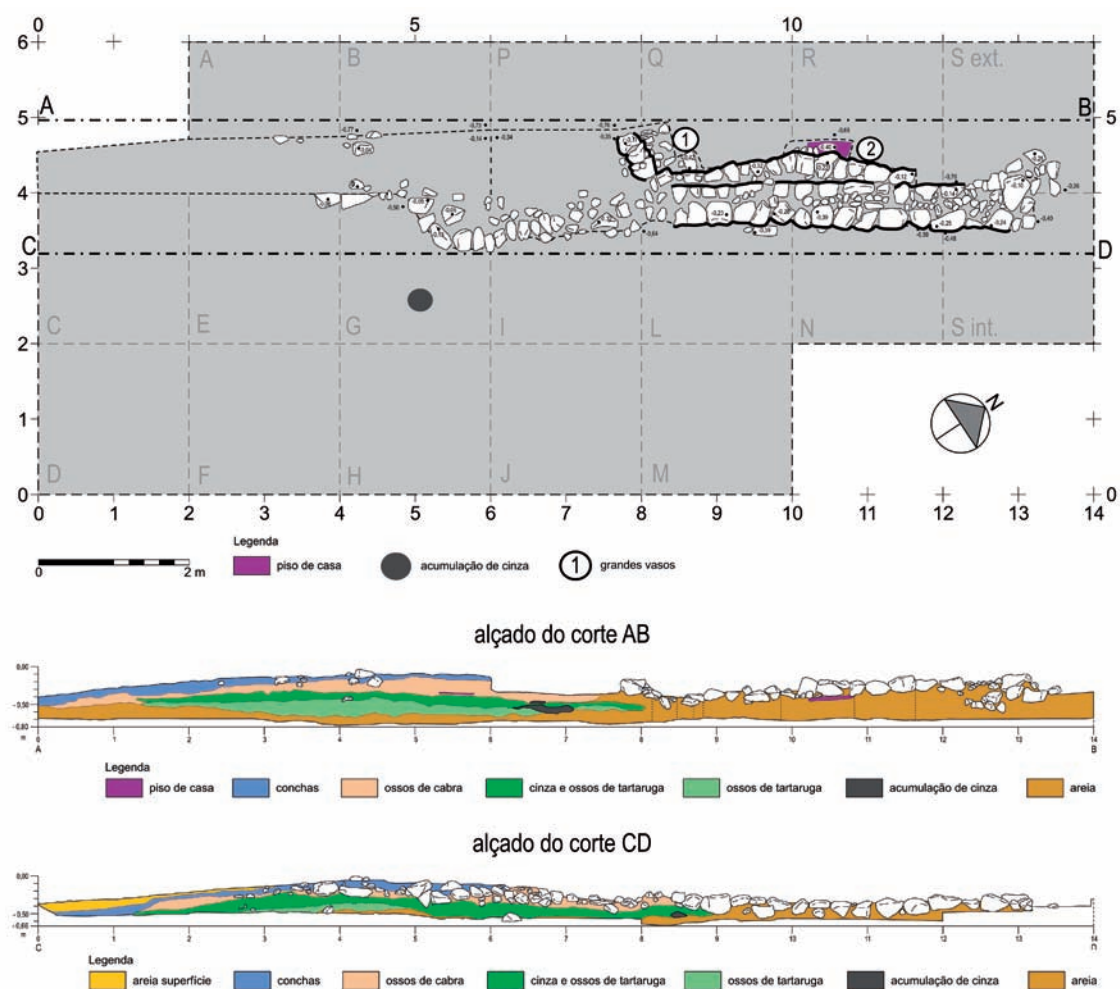


Fig. 11 Planta e cortes estratigráficos do concheiro de Salamansa, depois de completamente escavado, em 2005 (desenhos de B. Ferreira, sob supervisão de J. L. Cardoso).

trado suficiente estabilidade ou desafogo económico para criar ou caçar e consumir animais domésticos.

Enfim, a derradeira presença humana registada, correspondente ao depósito superficial, com abundantes conchas de *Patella* sp., de mistura com blocos basálticos, resultantes do derrube da habitação, reflecte uma realidade mais moderna e completamente diferente da respeitante à ocupação da cabana, cuja caracterização estrutural e arquitectónica se fará de seguida.

2.3. Estruturas

Na campanha de 1998, não foi encontrada nenhuma estrutura claramente definida, embora se tivesse registado a presença de blocos que constituíam muro, ficando por esclarecer se se tratava de muro de habitação, como se veio a confirmar em 2005, ou de simples pára-vento (Cardoso & alii, 2002). Fosse como fosse, qualquer que tivesse sido o tipo de estrutura, o colapso da mesma encontrava-se evidenciado pelo seu tombamento para sul, situação que a escavação de 2005 veio confirmar plenamente, encontrando-se registada na planta da Fig. 11 a existência de numerosos blocos, com esse sentido dispersivo. A escavação de 2005 permitiu concluir que se trata de muro paralelo ao mar, do qual apenas se conservou a respectiva fiada basal, como se regista nas Figs. 12, 13 e 14, as quais evidenciam, alguns dos blocos dispostos caoticamente, resultantes do derrube do muro. Este corresponde a um dos lados da habitação cujo interior se situava do lado do mar, constituindo a identificação desta estrutura um dos principais resultados da campanha de 2005, por



Fig. 12 O concheiro de Salamansa, visto de norte para sul, depois de completamente escavado, em 2005 (foto de J. L. Cardoso).

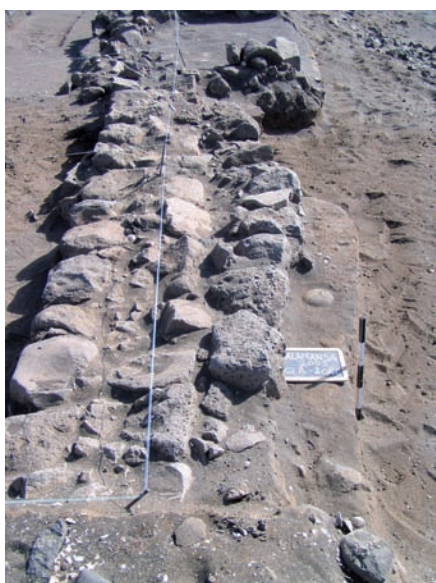


Fig. 13 Concheiro de Salamansa. Vista do troço de parede, de planta rectilínea, da cabana identificada em 2005. Do lado direito, observa-se alinhamento de blocos, correspondente a banco corrido ou poial, existente do lado interno da mesma e, em posição adjacente, porção do piso de terra batida, abaixo do qual foi enterrado ritualmente vaso, em posição invertida, cujo fundo é visível (foto de J. L. Cardoso).



Fig. 14 Concheiro de Salamansa. Vista geral do muro da cabana posto à vista em 2005, permitindo visualizar a antiga habitação no contexto da baía de Salamansa. Em último plano, observa-se a actual povoação de Salamansa. Observe-se, do lado esquerdo da foto, a existência de blocos dispersos caoticamente, correspondentes ao derrube do muro, também visíveis nas Figs. 12 e 13 (foto de J. L. Cardoso).

clarificar definitivamente a natureza deste estabelecimento humano. Na Fig. 13 evidencia-se o referido muro, ainda em fase de escavação, e, em último plano, o derrube do mesmo, sendo característica a forma desorganizada como jazem os blocos basálticos no terreno. Nas Figs. 12 e 14 observa-se o troço conservado do referido muro depois de totalmente escavado, sendo constituído por dois alinhamentos regulares e rectilíneos de blocos, correspondendo aos paramentos externo e interno, com preenchimento de pequenos blocos — aspecto evidenciado na Fig. 13 — que corresponde a técnica já utilizada desde a Pré-História. A referida figura mostra, ainda, do lado direito, um alinhamento mais irregular, que pode atribuir-se a banco corrido, ou poial de pequena altura, existente no interior da habitação. Encostado a este alinhamento observa-se, com efeito, o piso de argila, rubefactado pelo calor, que não deixa dúvidas quanto à sua atribuição ao piso do espaço habitado e, nele escavado, o fundo de um recipiente enterrado ritualmente, aspecto que será adiante abordado, cuja localização se apresenta na planta da Fig. 11.

Este muro corresponde a um dos lados da casa, de planta ortogonal, provavelmente rectangular, construída segundo técnica e arquitectura de raiz europeia. Deste modo, a origem e natureza desta estação arqueológica ficou desde logo determinada, afastando-se assim a possibilidade de se tratar de estabelecimento de origem indígena, pré-colonial ou não, hipótese que de início se admitiu.

A fundação deste muro faz-se em geral, tanto do lado externo como do lado interno, actualmente voltado para o mar, directamente na areia da praia. Esta situação evidencia-se, tanto nos cortes A-B e C-D da Fig. 11 e na Fig. 14. Porém, o corte C-D mostra que existe uma camada arqueológica, globalmente constituída por cinzas e ossos de tartaruga que termina em bisel já por debaixo do extremo conservado da estrutura, o que indica que a construção da casa sucedeu a uma primeira instalação na praia, cujas características se desconhecem.



Fig. 15 Pormenor de um muro de cabana de planta ortogonal da ilha vizinha de Santo Antão, tal como a identificada no concheiro de Salamansa, de pedra seca, observando-se o processo de fixação da cobertura, através de espigões de ferro cravados no paramento externo (foto de B. Ferreira).



Fig. 16 Vista geral de cabana da ilha de Santo Antão comparável à que existiu na baía de Salamansa (foto de B. Ferreira).

Ainda hoje, tanto na área de Salamansa como em outras ilhas, são comuns casas com a mesma tipologia, de planta rectangular, construídas de alvenaria de pedra seca. Na vizinha ilha de Santo Antão, situada defronte, encontrou-se, ainda, a explicação para a ocorrência de espigões de ferro recolhidos na escavação, adiante descritos, os quais, cravados nas paredes exteriores das casas observadas naquela ilha (Fig. 15), permitiam a fixação da cobertura, constituída por materiais vegetais (Fig. 16). A cabana construída na praia de Salamansa teria decerto aspecto semelhante.

Além dos restos da cabana descrita, reduzida a menos de um quarto da sua área inicial, apenas outra estrutura de carácter igualmente doméstico se identificou. Trata-se de uma lareira situada do seu lado externo (Fig. 11), cujo topo coincidia com a camada mais superficial, desenvolvendo-se em profundidade, escavada no depósito do concheiro pré-existente (Fig. 17). Deve relacionar-se com a derradeira ocupação do local, de carácter episódico e temporário, ali verificada depois de derruída a cabana. O respectivo enchimento, com abundantes carvões e sedimentos avermelhados pelo calor, evidencia a sua natureza e finalidade.

Em resultado da análise cruzada da estratigrafia e das estruturas postas a descoberto, parece evidenciar-se uma sucessão de ocupações no local, que podem ser sumarizadas do seguinte modo:

- 1.^a **Fase de ocupação** – instalação na praia de um grupo humano, consumindo intensamente produtos de recolção, destacando-se a tartaruga, mas também moluscos e peixes;
- 2.^a **Fase de ocupação** – construção de cabana de planta ortogonal, parcialmente assente em camadas arqueológicas da primeira ocupação; parece, no entanto, que foi intenção dos construtores não assentarem directamente esta estrutura nos restos anteriormente acumulados, desconhecendo-se o tempo que mediou entre ambas as fases, possivelmente em continuidade; a ocupação da cabana encontra-se associada à formação de camada com abundantes ossos de cabra, o que é condizente com a maior estabilidade na ocupação do local os habitantes desta

continuaram a consumir os mesmos tipos de produtos recolectados pelos seus antecessores, mas de forma mais diversificada e intensa;

3.ª Fase de ocupação – posterior ao abandono da cabana, é coeva de uma estrutura negativa, de combustão, preenchida com carvões, cujo topo atinge a camada mais moderna, constituída por grandes blocos de basalto, de mistura com grandes conchas de *Patella* sp. Embora esta camada deva corresponder a um palimpsesto, como se referiu, a grande abundância daquelas conchas, parece indiciar um retorno ou predominância da recollecção, por parte dos últimos ocupantes do local.

Entre a primeira e a última ocupação poderá ter mediado um intervalo de cerca de dois séculos, entre finais do século XVI e o século XVIII, como se verá quando se discutir a cronologia absoluta a partir das datas de radiocarbono obtidas, conclusão que é confirmada pela tipologia dos materiais arqueológicos recolhidos, a seguir apresentados.



Fig. 17 Concheiro de Salamansa. Vista da estrutura de combustão em “cuvette”, ao centro, seccionada verticalmente, evidenciando-se as camadas carbonosas, e de sedimentos rubefactados pela acção do calor que a preenchem (foto de J. L. Cardoso).

2.4. Materiais arqueológicos

Foram numerosos os materiais arqueológicos recolhidos, tanto à superfície, como no decurso do aprofundamento da escavação. Não cumpre, naturalmente, no presente estudo, elaborar um inventário exaustivo dos mesmos, importando antes valorizar os achados mais significativos, na óptica de contribuírem para um adequado enquadramento cronológico, económico e funcional deste estabelecimento.

2.4.1. Cerâmicas indígenas

No conjunto das cerâmicas recolhidas, avultam as produções indígenas, feitas sem o auxílio do torno rápido, as quais se apresentavam exclusivas nos trabalhos realizados em 1998.

Merecem destaque três recipientes inteiros, associados a práticas rituais, a que já anteriormente se fez referência, um recolhido em 1998 e os outros dois em 2005, os quais, embora sejam agora analisados, no tocante à tipologia e técnica de fabrico, serão adiante devidamente enquadrados, no âmbito daquelas práticas.

De um modo geral, as pastas apresentam-se sempre idênticas, de coloração castanho-anegrada, de textura grosseira e friável, esboroando-se com facilidade, sobretudo quando húmidas, de núcleos sempre escuros, correspondentes a cozeduras redutoras. Dada a impregnação salina patente em alguns exemplares, foi necessário recorrer a períodos mais ou menos prolongados de imersão em água doce, para promover a sua dessalinização.

Em 1998, ao regularizar-se o talude do concheiro voltado para o mar (Fig. 2), encontrou-se *in situ*, com a abertura voltada para baixo, um vaso fechado, de colo alto e bordo revirado para fora (Fig. 18), o qual, como as escavações de 2005 vieram mostrar, se encontrava enterrado no interior da cabana e junto à única parede conservada desta. A cerca de 2 m de distância (ver planta, Fig. 11) encontrou-se um segundo vaso nas mesmas condições, em 2005, evidenciando as mesmas características tipológicas (Fig. 19). Trata-se de dois vasos de colo alto e apertado e fundo convexo. O recolhido em 1998 encontra-se intacto (Fig. 20, n.º 4); o exumado em 2005 apresenta diversas fracturas pós-depositacionais, resultantes da má qualidade da pasta (Fig. 22, n.º 2), que percorrem toda a altura



Fig. 18 Concheiro de Salamansa. Modo de jazida do primeiro vaso depositado sob o piso da cabana, recolhido em 1998. Note-se a fina camada avermelhada, correspondente ao referido piso, rubefactado pela acção do calor, interrompido pela abertura do covacho, cujos contornos são nítidos (foto R. Costa).



Fig. 19 Concheiro de Salamansa. Modo de jazida do segundo vaso depositado sob o piso da cabana, e no seu interior, recolhido em 2005. É evidente a camada avermelhada, correspondente ao piso da cabana, posto a descoberto na zona adjacente à parede da mesma, definida por alinhamento de blocos, em segundo plano (foto J. L. Cardoso).

do recipiente, mas uma outra, mais antiga, que levou parte do bordo, é anterior à deposição do vaso. Isto significa que este, mesmo partido, continuava a ser usado. O acabamento das superfícies dos é em geral grosseiro, encontrando-se sumariamente regularizadas e alisadas, evidenciando por vezes a aplicação de um “esfregão” ou “cepillo”, cujas marcas, correspondentes a profundas e ténues lineações, se observam à superfície de outros exemplares, sem poderem ser incluídas no grupo das decorações (Fig. 20, n.º 3; Fig. 24, n.º 9; Fig. 25, n.ºs 4, 5 e 12).

Outro recipiente que evidenciava deposição ritual corresponde a esférico baixo; ao contrário dos dois vasos anteriores, provém do lado externo da habitação, tendo sido encontrado encostado ao único dos seus muros ainda conservados (Figs. 21 e 22, n.º 1); tal como os dois exemplares anteriores, jazia invertido no terreno, pelo que a conotação a prática ritual é também evidente. Tal como a daqueles, a pasta é castanho-anegrada, grosseira e de má qualidade, e o acabamento é igualmente sumário, encontrando-se a superfície externa mal alisada.

Com efeito, uma das características que se verificam nestes recipientes é a sua má qualidade técnica, executados invariavelmente ao torno lento, com argilas pouco depuradas e cozeduras sempre redutoras, de coloração castanho-escuro a negro, com núcleos negros, produzidos a baixa temperatura, conferindo aos exemplares escassa dureza e consistência.

A tipologia das formas identificadas a partir dos fragmentos de bordo recolhidos encontra-se sumariada na Fig. 23, a par do número de exemplares identificados e da respectiva localização e profundidade de recolha na área escavada. Deste modo, puderam isolar-se vinte e duas formas dis-

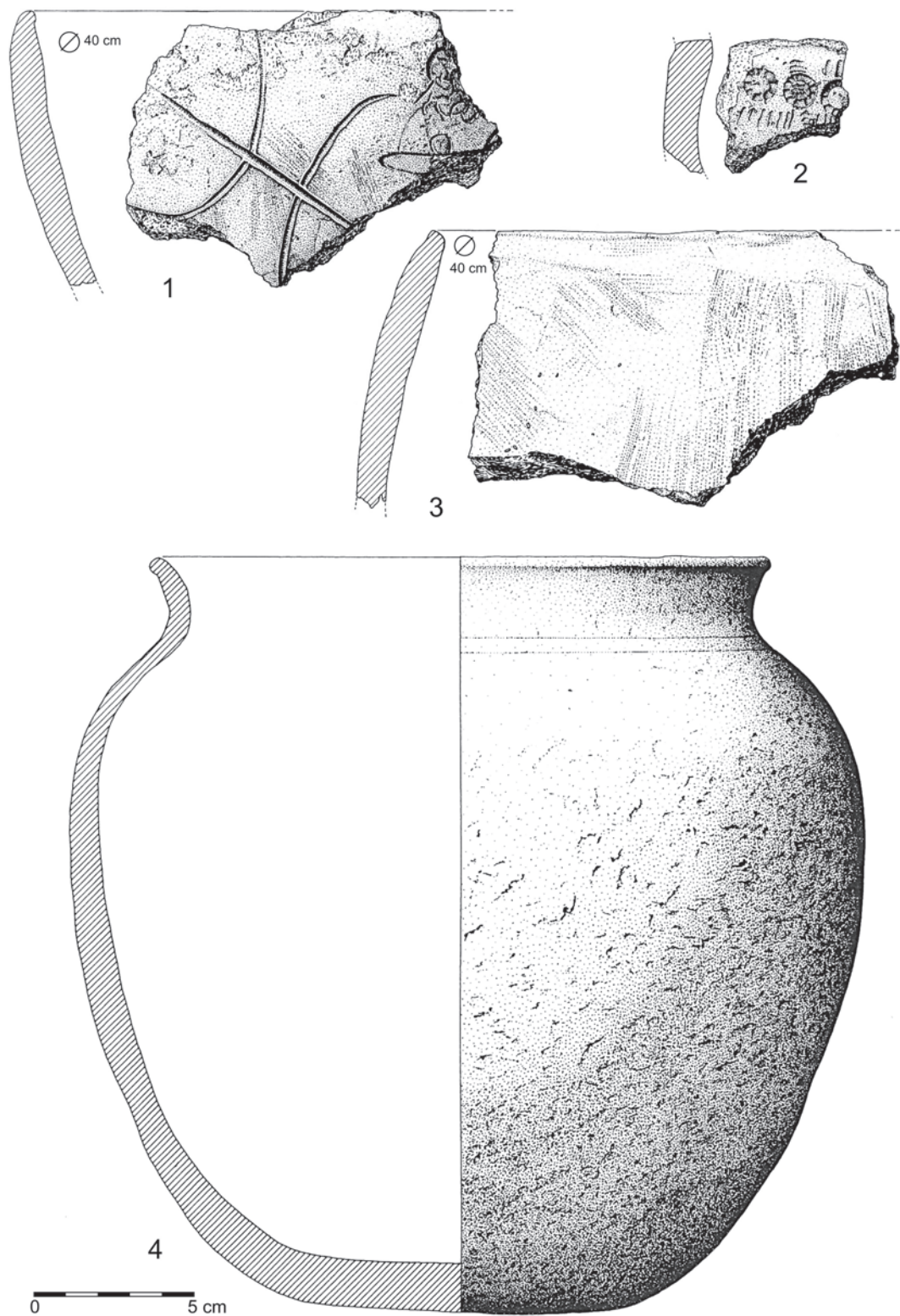


Fig. 20 Concheiro de Salamansa. Materiais cerâmicos recolhidos em 1998.



Fig. 21 Concheiro de Salamansa. Localização do vaso esférico baixo, colocado entre dois blocos de basalto e em posição invertida, junto ao embasamento da parede da cabana e do seu lado externo (foto de J. L. Cardoso).

tintas, desde o prato, passando pelas formas abertas, até os esféricos de parede reentrante e colo alto e apertado, o que denuncia utilizações distintas, agrupadas genericamente em duas funções: recipientes para ir à mesa e conter alimentos e líquidos, correspondentes aos pratos (Forma 1), às taças em calote e aos esféricos baixos, com bordo simples ou espessado (Formas 2 a 6) que, conjuntamente com os vasos de paredes direitas ou levemente curvadas para o interior (Formas 7 a 9) poderiam ser também utilizados para beber (“copos”) ou para armazenar líquidos, consoante o seu tamanho; e recipientes de cozinha com colo alto marcado e bordo vertical ou revirado externamente (Formas 10 a 16), destinados a cozer e a estufar alimentos, sobre o lume, tal como as restantes formas fechadas, de corpo esferoidal, desprovidas de colo, com bordos mais ou menos vincados e espessados (Formas 17 a 19), ou de bordos simples, sem espessamento e paredes reentrantes (Formas 20 a 22).

De modo geral, com base na informação contida na Fig. 23, verifica-se maior concentração de exemplares nas camadas mais superficiais, especialmente entre os 10 e os 20 cm, a que correspondem 40 fragmentos com bordo, sucedendo-se a camada entre a superfície e os 10 cm de profundidade, com 32 fragmentos de recipientes com bordo. Em terceiro lugar, aparece a camada artificial entre os 20 e os 40 cm de profundidade, com 23 ocorrências, correspondendo aos níveis de ocupação da cabana. Existe, pois, um nítido declínio da quantidade de exemplares em função da profundidade de recolha, o que sublinha o fenómeno, atrás assinalado, de as camadas mais altas de sequência corresponderem a um palimpsesto, com a concentração de materiais de diversas épocas.

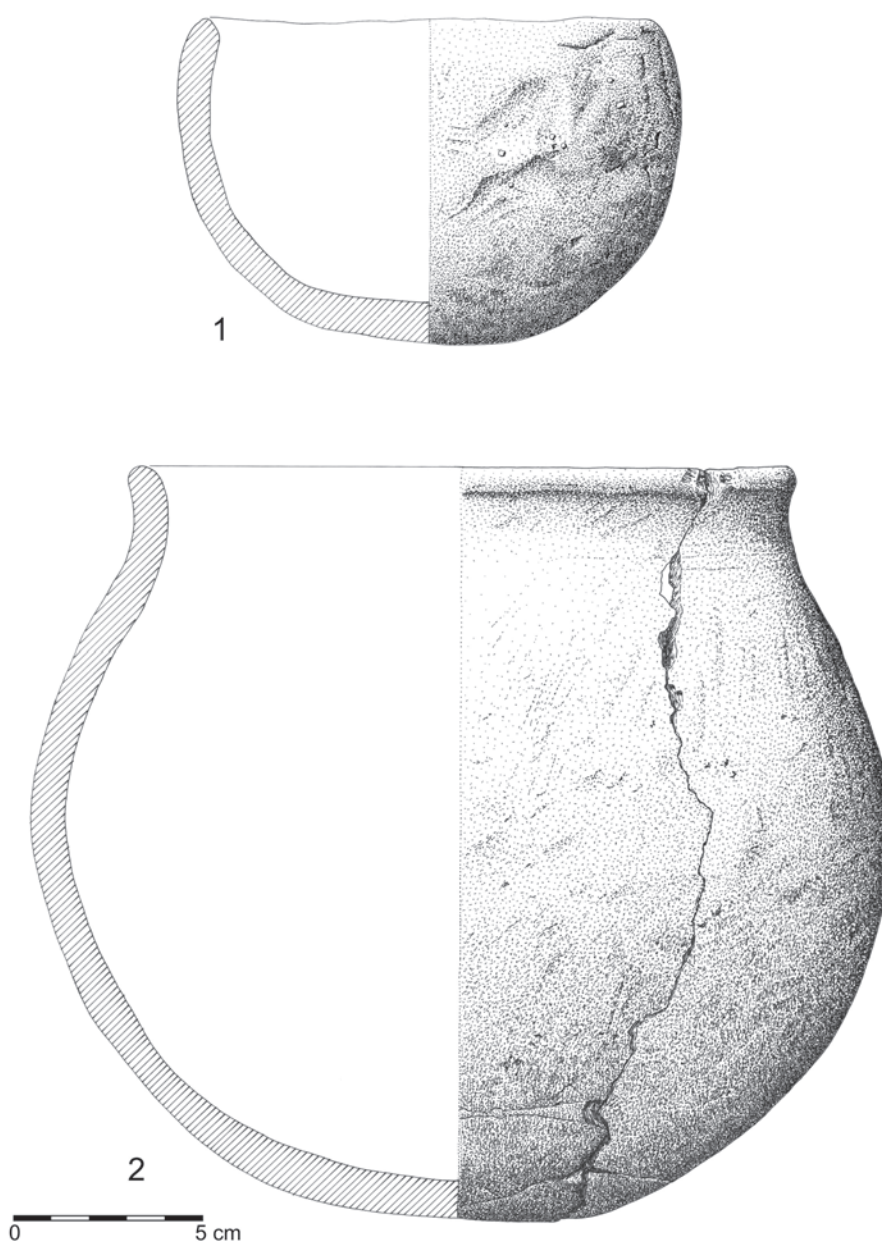


Fig. 22 Concheiro de Salamansa. Os dois recipientes completos recolhidos em 2005 e colocados ritualmente, um no interior, outro no exterior da cabana. Ver Figs. 24 a 27.

Do ponto de vista tipológico, não se evidenciam diferenças entre os recipientes recolhidos nas diversas camadas: por outras palavras, parece que as funções por eles desempenhadas se mantiveram ao longo do tempo. Em todas elas, predomina a Forma 9, correspondente a grandes vasos altos, de corpo cilíndrico e paredes ligeiramente bombeadas, provavelmente destinados a conter líquidos, designadamente água, indispensável para a manutenção no local daquela comunidade. Nas Figs. 31 a 36, reproduzem-se alguns dos fragmentos mais representativos das diferentes formas identificadas, sempre desprovidas de decoração, mas ostentando nalguns casos a característica técnica de afagamento e regularização “a cepillo”, atrás referida como também representada no grande vaso inteiro recolhido em 2005 (Fig. 22, n.º 2).





















Formas			Níveis			
			superfície	0 – 10 cm	10 – 20 cm	20 – 40 cm
			Quadricula – quantidade – diâmetro			
1						E – 1 – Ø12
2				J – 1 – Ø22	F – 2 – Ø26	B – 1 E – 1 – Ø32
3				I – 1 – Ø36		B – 1 – Ø36 L – 1 – Ø12
4			1 – Ø36	B – 2 – Ø18 F – 2 – Ø22 Ø24 J – 1 – Ø26	E – 1 – Ø36 I – 1 – Ø36	A – 1 G – 1 – Ø30
5					I – 1 – Ø12 N – 1 – Ø26	
6					C – 1 – Ø24	
7					C – 3 – Ø30 Ø32 Ø36	
8			1 – Ø30	A – 1 C – 1 G – 1 – Ø38 Q – 1	C – 6 – Ø30 Ø36 Ø42 H – 3 – Ø24 Ø40 Ø42 I – 3 – Ø24 Ø32	B – 3 – Ø30 G – 2 – Ø30 Ø34
9			1 – Ø44	C – 1 – Ø20 F – 1 – Ø36 H – 1 – Ø26 M – 2 – Ø10 S ext.-1- Ø24	D – 3 – Ø20 Ø34 E – 2 – Ø22 Ø26 G – 3 – Ø42 Ø48 H – 1 – Ø28 I – 6 – Ø16 Ø28 Ø38	A – 4 – Ø36 B – 1 E – 3 – Ø24 Ø26 G – 2 – Ø24 S int.-1- Ø22
10				M – 1 – Ø12		R – 1 – Ø17,5

Fig. 23 Concheiro de Salamansa. Quadro tipológico das produções cerâmicas recuperadas em 2005, e respectiva distribuição espacial e em profundidade.

Formas			Níveis			
			superfície	0 – 10 cm	10 – 20 cm	20 – 40 cm
			Quadricula – quantidade – diâmetro			
11				F – 1 – Ø22 L – 1 – Ø20		
12				D – 2 – Ø20 H – 1 – Ø20	C – 1 – Ø22	
13				G – 2 – Ø20 Ø24 I – 1 M – 2 – Ø18 S ext.-1- Ø20	F – 3 – Ø16 Ø26	
14				D – 1 – Ø20	I – 2 – Ø30	B – 1 – Ø44
15					I – 1 – Ø36	
16					I – 1 – Ø44	
17				M – 1 – Ø18		
18				M – 1	I – 1 – Ø16	
19					G – 1 – Ø16	
20				F – 1 – Ø14	I – 1 – Ø22	B – 1 – Ø24
21				A – 1 H – 1 – Ø24 J – 1 – Ø22	C – 1 – Ø34 G – 1 – Ø38 L – 1 – Ø36	A – 1 B – 2 – Ø24 E – 1 – Ø20 G – 1
22					H – 1	

Fig. 23 (cont.) Concheiro de Salamansa. Quadro tipológico das produções cerâmicas recuperadas em 2005, e respectiva distribuição espacial e em profundidade.

Os recipientes decorados são extremamente raros, reproduzindo-se o recolhido em 1998 (Fig. 20, n.ºs 1 e 2) e os obtidos em 2005 (Fig. 25, n.ºs 8 e 13 a 18). Trata-se de decorações muito simples, efectuadas por sulcos horizontais e paralelos em dois casos, aparentemente na face interna dos vasos, resultantes talvez da forma de montagem dos mesmos, através da técnica do rolo, sem corresponderem a verdadeiras decorações (Fig. 25, n.ºs 13 e 14). Noutros casos, porém, a regularidade e nitidez dos sulcos, patentes no lado externo dos recipientes, não deixa dúvidas quanto à sua intencionalidade (Fig. 25, n.º 18). Os restantes motivos decorativos correspondem a símbolos geométricos executados com um estilete na pasta mole, formando figuras independentes de signifi-

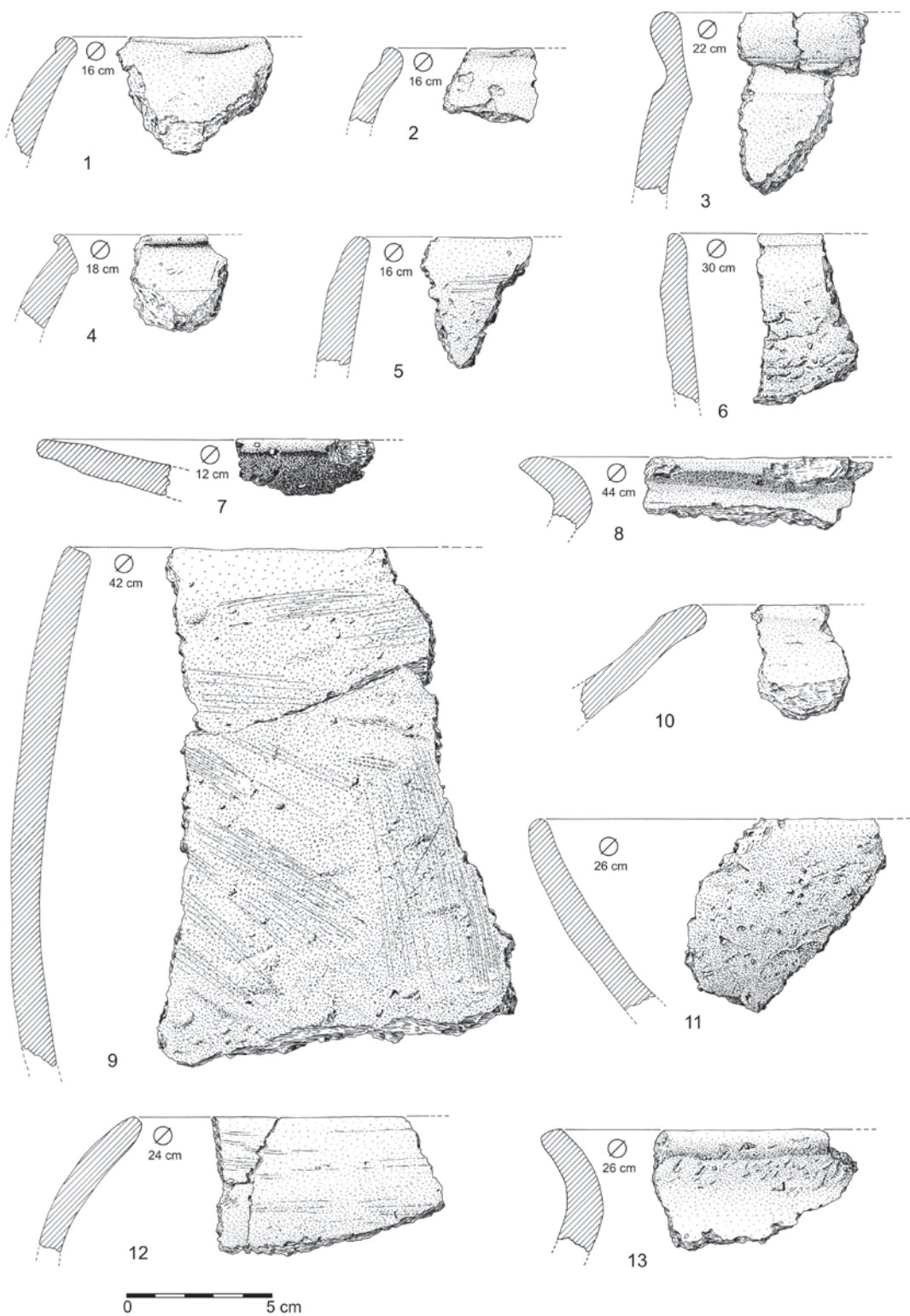


Fig. 24 Concheiro de Salamansa. Materiais cerâmicos recolhidos em 2005.

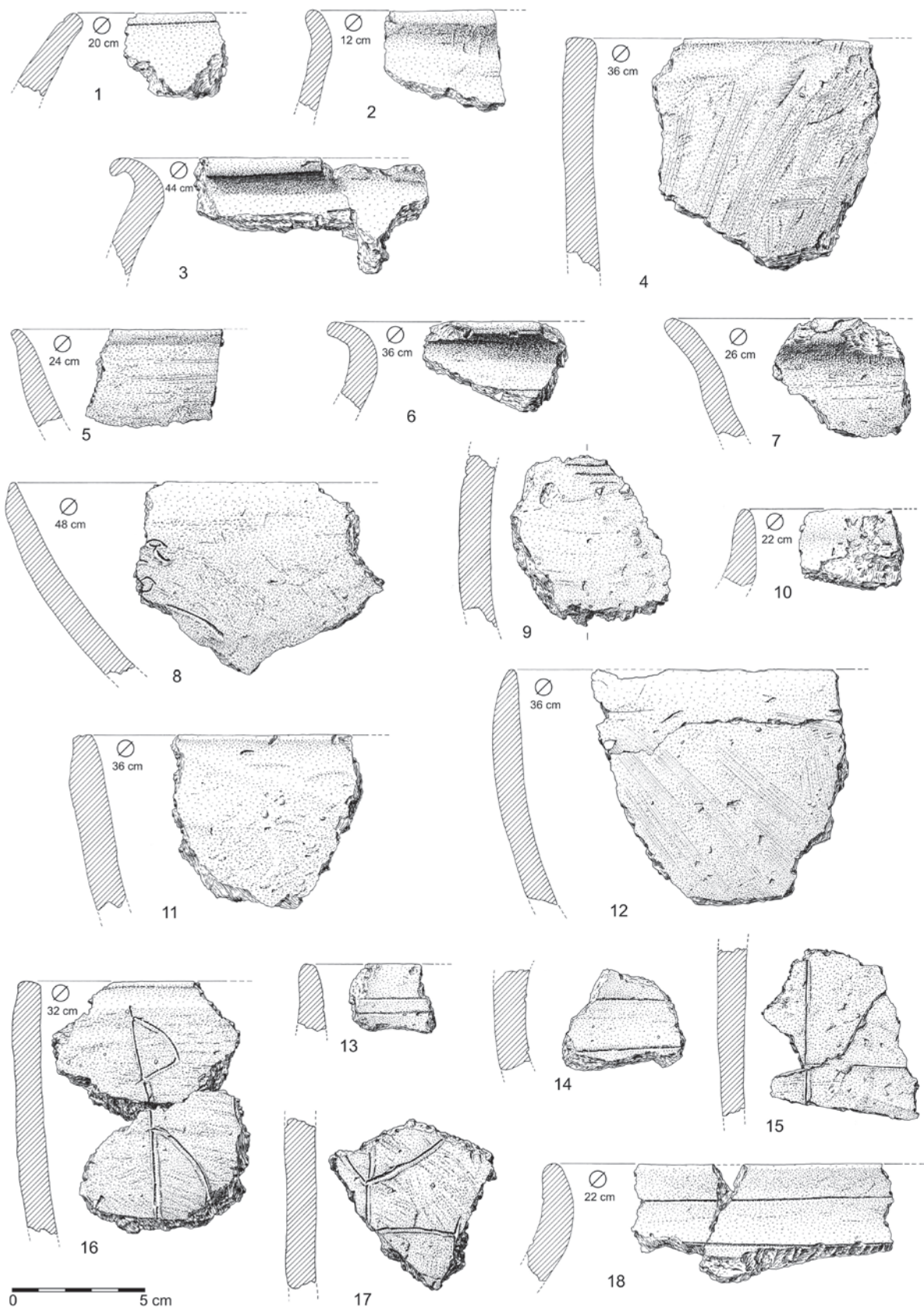


Fig. 25 Concheiro de Salamansa. Materiais cerâmicos recolhidos em 2005.

cado enigmático e de difícil compreensão, até por se encontrarem em geral incompletas (Fig. 20, n.º 1; Fig. 25, n.ºs 15 a 17).

Em 1998, recolheu-se um fragmento cerâmico com decoração estampilhada de pequenas rosetas, formando uma linha, delimitada de um dos lados por curtos traços incisivos (Fig. 20, n.º 2). Trata-se, igualmente, de uma técnica decorativa de raiz indígena, representada em outro fragmento recolhido em 2005, decorado por um círculo definido por segmentos interrompidos, também obtido por impressão de matriz (Fig. 27, n.º 11).

2.4.2. Artefactos líticos

Os materiais líticos recolhidos em 1998 (Fig. 26, n.ºs 3, 4 e 5) correspondem a variedades de sílex (sílica amorfa), desconhecidas localmente, que revelam utilização ocasional. Ainda que tais peças tenham sido classificadas como se de instrumentos se tratassem (Cardoso & *alii*, 2002), é mais certo, de posse da informação recolhida em 2005, que correspondam a peças relacionadas com a produção de lume (isqueiros ou armas de fogo). Com efeito, só assim se podem explicar os seixos rolados de sílex, de que se recolheram diversos exemplares, tanto em 1998 (Fig. 26, n.º 3), como em 2005 (Fig. 27, n.º 7), partidos intencionalmente, que ainda conservam parte do córtex original. Trata-se sempre de variedades acinzentadas, anegradas ou esbranquiçadas, compatíveis com os exemplares homólogos encontrados em grande quantidade em diversos sectores dos estuários do Tejo e do Sado (Tróia) e relacionados com lastros de navios à vela que, oriundos do Atlântico norte (Bretanha e Inglaterra), ali os descarregavam, em troca do sal. A ocorrência destes exemplares deve, deste modo, relacionar-se com a utilização secundária de tais peças, que com aquela proveniência, eram depois redistribuídas, dada a sua importância para a produção de fogo. Porém, há a considerar outra possibilidade, que não foi possível confirmar, a da existência de sílex nos calcários observados em algumas das ilhas do arquipélago, como Maio, Boa Vista e Sal (Friedlaender, 1914, p. 42) sendo, em todo o caso, materiais exógenos à ilha.

2.4.3. Artefactos de ferro (Fig. 26, n.ºs 1 e 2)

Em 2005, recolheram-se dois artefactos de ferro, muito oxidados, um deles conservando ainda a cabeça, de formato em botão, possuindo ambos secções sub-rectangulares. O primeiro é claramente um espigão, enquanto o segundo, de menores dimensões, corresponde a um grande prego. A utilização destes elementos manteve-se indefinida, até que, numa visita à ilha de Santo Antão, foram observados por Alexandra Gradim e Bernardo Ferreira espigões idênticos, ou grandes pregos, cravados na parte superior das paredes de alvenaria de casas de planta rectangular, de forma a permitirem, através de tiras ou cordas, fixar a cobertura, constituída por estrutura de troncos cruzados e gramíneas secas (Figs. 15 e 16). Deste modo, estas duas peças, especialmente o espigão, deveriam fixar-se à parede de alvenaria de pedra seca, cujo derrube conduziu à sua queda. Pela posição que ocupavam, é interessante verificar que o dito sistema de fixação da cobertura recorreu a espigões fixados também do lado interno da cabana, tendo presente o local de recolha do exemplar de maiores dimensões no Q. R a 20/40 cm de profundidade, enquanto o grande prego provém do lado externo da mesma parede, encontrado no Q. L, a 10/20 cm de profundidade.

Deve ainda destacar-se a existência de um machado plano, de ferro, desprovido de alvado, muito oxidado, de gume convexo e extremidade oposta em forma de cunha, com sinais de percussão, recolhido à superfície.

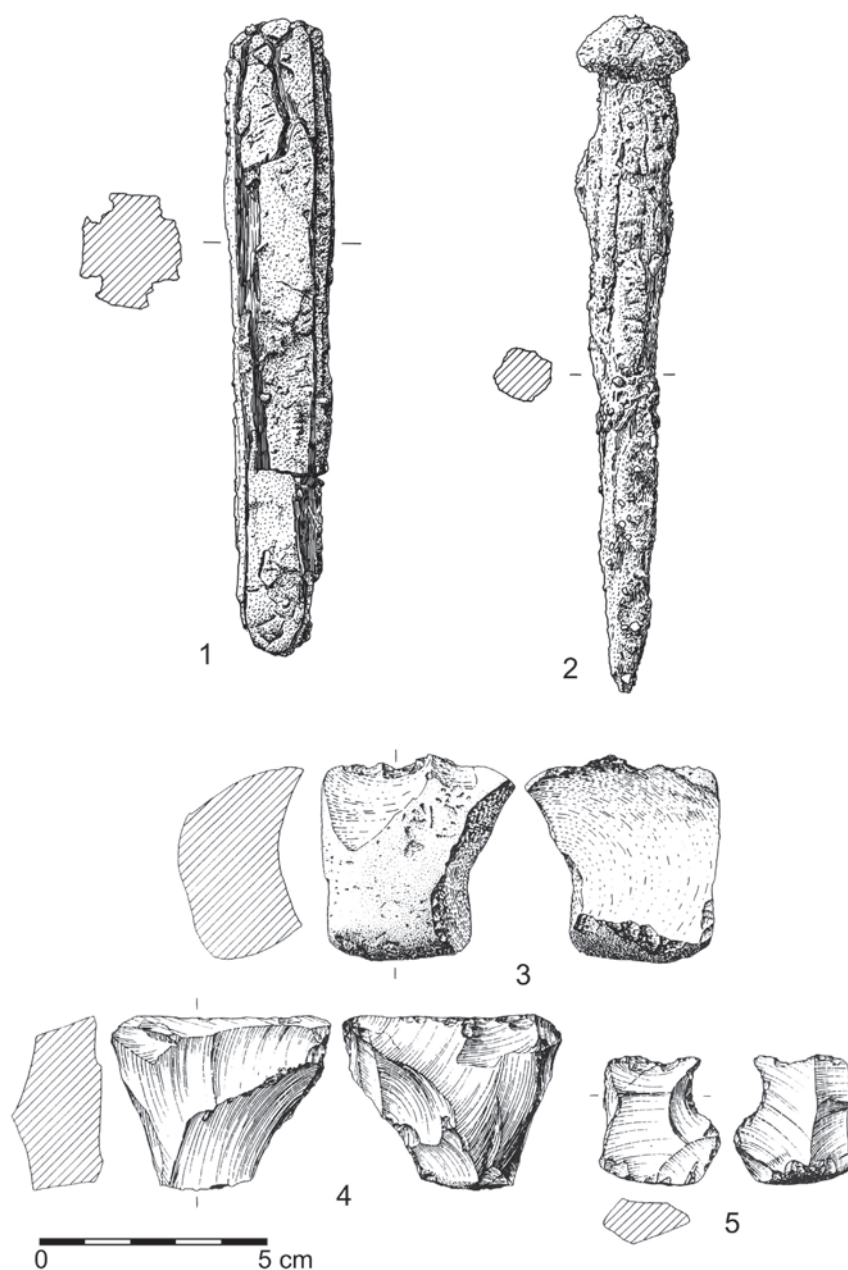


Fig. 26 Concheiro de Salamansa. 1, 2 - espigão e grande prego de ferro, utilizados para a fixação da cobertura da cabana, recolhidos em 2005; 3 a 5 - materiais de sílex recolhidos em 1998. Note-se a conservação da superfície cortical do seixo original do n.º 3, aparentando o n.º 5 ser um pequeno furador.

2.4.4. Artefacto de liga de cobre (Fig. 27, n.º 10)

Trata-se de um remate de uma aplicação, de liga de cobre, recolhido no Q. M entre a superfície e os 10 cm de profundidade. A peça encontra-se fracturada numa das extremidades, possuindo a outra formato piriforme alongado. A superfície ostenta decoração aberta a buril, de motivos vegetalistas curvilíneos, cuja tipologia aponta para os séculos XVII ou XVIII. A face oposta possui uma

patilha destinada à fixação da peça a um suporte de madeira. De início, pensou-se que poderia corresponder a uma aplicação de arma de fogo, relacionada com o sistema do fecho. Porém, o Mestre José Luís Gomes, consultado para o efeito, não confirmou essa hipótese, visto as aplicações de ligas de cobre tradicionalmente constituintes de uma arma de fogo — braçadeiras, chapas de couce, guardamato, platina ou contraplatina — serem montadas por pressão ou aparafusamento sobre a superfície da coronha, sem embutidos em profundidade, como se observa no exemplar em causa, permanecendo assim em aberto a sua utilização.

2.4.5. Bala de arcabuz (Fig. 27, n.º 6)

No Q. 1, entre 10 e 20 cm de profundidade, recolheu-se uma bala de arcabuz, de chumbo, com o diâmetro de 16,5 mm. A pouca informação existente sobre tais peças, por falta de investigação em Portugal, impede conclusões de pormenor sobre a cronologia deste exemplar. Sendo certo que as produções militares de cada país tinham as suas próprias características, o fabrico do exemplar em causa pode ascender aos finais do século XVI e atingir sem dificuldade o século XVIII, o que cobre toda a cronologia da ocupação do concheiro.

O diâmetro desta bala confere com o calibre de um cano português, que se conservou intacto tal como a totalidade da peça a que pertence (caso extremamente raro), cujo fabrico pode ser situado entre o último quartel do século XVI e o primeiro quartel do século XVII, actualmente em estudo pelo Mestre José Luís Gomes; tal não significa, porém, que a utilização daquele calibre se circunscreva àquela época, como se disse. Com efeito, os canos das armas de fogo militares fabricados em Portugal não sofreram modificações ou inovações tecnológicas assinaláveis até meados do século XVIII, conforme informou aquele investigador. Ao contrário, tais elementos eram frequente e sucessivamente reaproveitados, pelo seu valor intrínseco e pela dificuldade técnica da sua execução, que requeria oficinas especializadas. Poucas inovações houve na própria tecnologia de funcionamento das armas de fogo, mantendo-se o “arcabuz de morrão” como a principal arma de infantaria até inícios do século XVIII; em Portugal, a adopção de armas militares de pederneira, com canos de outro tipo e calibre, apenas ocorreu ao longo do século XVIII, o que justifica a larga diacronia associada à peça em questão, que, deste modo, não serve como elemento de datação fino.

2.4.6. Garrafinhas de vidro (Fig. 27, n.ºs 1 e 2)

Recolheram-se nos Q. I e no Q. P, e em ambos os casos entre a superfície e os 10 cm de profundidade, os dois exemplares reproduzidos na Fig. 27. Trata-se de dois gargalos de pequenas garrafinhas de finas paredes, de vidro soprado em molde, de corpo provavelmente globular, de colo estreito e alto, decorado por caneluras oblíquas em espiral, encontrando-se o gargalo sublinhado por um anel ou cordão horizontal, de pasta vítrea, aplicado a toda a volta e logo abaixo da abertura.

De pasta transparente e, aparentemente, incolor, não obstante a forte irisação das superfícies dificultar aquela observação, é difícil situar, segundo a Dr.^a Teresa Médici, da VICARTE, Vidro e Cerâmica para as Artes (FCT/UNL), o local de produção dos referidos exemplares. Segundo ainda a referida especialista, é igualmente difícil estabelecer cronologia para este tipo de produções, embora a cronologia geral da presente ocupação, situada entre os finais do século XVI e o século XVIII, não seja incompatível com estas ocorrências.



2.4.7. Porcelana da China (Fig. 27, n.º 4)

No Q. S, entre a superfície e os 10 cm de profundidade, recolheu-se um pequeníssimo fragmento de prato de porcelana da China, com apenas 2 mm de espessura média, decorado por linhas serpenteantes a azul, sobre fundo branco-azulado, ostentando ainda porção de motivo de coloração vermelho-ferro. Consultado o Sr. João Pedro Duarte, quis este obter uma confirmação para a sua determinação, recorrendo ao parecer do perito antiquário internacional de porcelana da China, o Sr. José Reis Fernandes, o qual foi de opinião que se trata de uma produção do período Ming, do século XVI, tanto pela decoração, como pela tonalidade do vermelho-ferro. Trata-se, pois, de informação muito relevante, por situar o início da ocupação do local. Com efeito, não é aceitável admitir a hipótese de constituir uma peça conservada como relíquia ou recordação, dado o carácter do estabelecimento humano em causa.

2.4.8. Recipiente de grés (Fig. 27, n.º 14)

Igualmente de origem oriental, correspondente a um pequeno pote ou taça, é o pequeno fragmento com cerca de 5 mm de espessura, de pasta de coloração rosa-pálida, vidrado do lado externo com manchas dispersas cor de mel sobre fundo acinzentado, recolhido no Q. L, entre 10 e 20 cm de profundidade. Trata-se de mais uma evidência da presença de peças do comércio oriental em navios que, ocasionalmente, poderiam tocar a ilha de São Vicente, ou resultarem de redistribuição regional.

2.4.9. Cachimbo de caulino (Fig. 27, n.ºs 3, 9 e 12)

Recolheram-se três fragmentos de produções europeias de cachimbos, peças cujo uso rapidamente se generalizou a partir dos primórdios do século XVII em toda a Europa, dada a crescente vulgarização do consumo do tabaco, sendo exportadas maciçamente para as possessões de além-mar.

O exemplar da Fig. 27, n.º 3, recolhido no Q. S, entre a superfície e 10 cm de profundidade, encontra-se reduzido a fragmento da fornalha, com intensas marcas de calor do lado interno. Pouco mais se poderá acrescentar sobre este fragmento, dada a ausência de quaisquer marcas de fabricante, a não ser que a fornalha possuiria tamanho menor que o exemplar da Fig. 27, n.º 9, recolhido, tal como a haste da Fig. 27, n.º 12, no Q. L, entre 20 e 40 cm de profundidade. Relativamente a este, que conserva a fornalha completa, o Mestre João Pimenta, consultado para o efeito, considerou-o de fabrico provavelmente inglês, de meados do século XVII, com base no critério morfológico do tamanho da fornalha face ao diâmetro da abertura, os quais, com o tempo, irão variar inversamente, com o aumento da primeira e a crescente diminuição do segundo.

Fig. 27 Concheiro de Salamansa. Materiais arqueológicos recolhidos em 2005 (para identificar as respectivas localizações e profundidades, ver a descrição textual). 1, 2 - gargalos de garrafas de vido soprado em molde, com caneluras helicoidais no colo alto e estreito; 3, 9 e 12 - fragmentos de cachimbos de caulino, correspondentes a importações europeias (o n.º 9 foi atribuído a fabrico inglês; 4 - fragmento de porcelana da China, período Ming (século XVI); 5 - fragmento de prato de faiança portuguesa, com vestígios de linha pintada a azul (séculos XVII/XVIII); 6 - bala de arcabuz, de chumbo (séculos XVII/XVIII); 7 - fragmento de seixo de sílex acinzentado, partido intencionalmente; 8 - fragmento de possível fornalha de cachimbo fabricado localmente (séculos XVII/XVIII); 10 - fragmento de aplicação de liga de cobre, com decoração vegetalista aberta a buril (séculos XVII/XVIII); 11 - Fragmento de vaso de produção indígena, com decoração impressa a matriz; 13 - Fragmento de tigela vidrada interiormente a verde; 14 - fragmento de pequeno pote ou taça de grés vidrado exteriormente, de produção oriental (foto de J. L. Cardoso).

2.4.10. *Cachimbos de produção local (Fig. 27, n.º 8)*

É provável que um fragmento de cerâmica manual, recolhido no Q. N, entre 10 e 20 cm de profundidade, de coloração negra, com cerca de 5 mm de espessura, com a superfície externa bem alisada e a interna um pouco rugosa, de bordo simples, corresponda a porção de fornalha de um cachimbo, dada a evidente pequenez para ser atribuído a um recipiente de carácter utilitário, sobretudo se comparado com o tamanho e tipologia dos que foram identificados e acima caracterizados. A imitação, em Portugal, no decurso dos séculos XVII e XVIII, dos cachimbos de caulino, de origem holandesa ou inglesa, foi uma realidade: na cidade de Lisboa, recolheram-se diversos exemplares, em cerâmicas avermelhadas, cuja produção pode situar-se na própria área citadina, como o oriundo de contexto do século XVIII, anterior ao terramoto de 1755, no claustro do antigo Convento de Jesus, freguesia das Mercês (Cardoso, 2008, p. 23).

2.4.11. *Faiança (Fig. 27, n.º 5)*

Recolheu-se no Q. M, entre a superfície e 10 cm de profundidade, fragmento de prato de faiança vidrada a branco, com cerca de 6 mm de espessura, possuindo, do lado externo, vestígios de linha pintada a azul. Esta peça, pela pequenez, e dada a impossibilidade de identificação do motivo representado, poderá ser dos séculos XVII ou XVIII. Em todo o caso, corresponderá a produção portuguesa.

2.4.12. *Cerâmica vidrada (Fig. 27, n.º 13)*

Um fragmento de tigela com cerca de 7 mm de espessura possui a superfície interior vidrada a verde, sendo visíveis os escorrimentos da pasta vítrea plumbífera sobre a superfície do recipiente. Trata-se de produção de baixa qualidade, reportável ao século XVIII, podendo ser originária da própria zona de Lisboa, ou de outra, como a de Aveiro, segundo a opinião do Mestre Guilherme Cardoso. O bordo é simples e levemente aplanado e voltado para o exterior; a superfície externa apresenta-se anegrada, indício de que o recipiente foi ao fogo, certamente para confeccionar alimentos, utilização que, originalmente, não seria a sua. Esta constatação é interessante, por documentar uma situação em que, desconhecida a finalidade primária deste tipo de produções, foi-lhe atribuída aquela que, na óptica dos seus utilizadores, melhor satisfaria as suas supostas necessidades.

Importa ainda assinalar que um dos pedaços deste exemplar foi recolhido no Q. A entre os 20 e os 40 cm, enquanto o outro provém do Q. E, à mesma profundidade. Tal significa que, mesmo em época anterior ao abandono, se verificaram deslocamentos horizontais de materiais, provocados certamente pela acção dos habitantes do sítio, além do vento.

2.5. *Fauna mamalógica*

Além da fauna marinha, constituída por abundantíssimos restos de conchas, de peixes e de tartarugas, que indiciam uma utilização intensiva dos recursos capturados no mar e ao longo do litoral onde se implanta a estação, reveladores da sua importância na alimentação dos habitantes

do sítio em apreço, recolheu-se um conjunto reduzido, mas de relevante significado económico e cultural, que justifica uma análise particular, espécie a espécie.

2.5.1. *Capra hircus* (Fig. 28, n.ºs 5 a 7)

Já anteriormente se fez menção a um assinalável conjunto de restos de cabra, reveladores de indivíduos de pequeno tamanho, que constituíam o conteúdo mais importante de uma camada arqueológica cuja extensão se encontra indicada nos cortes estratigráficos da Fig. 11. Tais restos correspondem, apesar do seu pequeno tamanho, na sua maioria, a indivíduos subadultos, e estendem-se até à periferia sul do concheiro, onde assentam directamente na camada arenosa da base. Estão representados todos os segmentos anatómicos, desde o crânio, até às extremidades dos membros (falanges), passando pelos ossos longos, o que significa que o abate, seguido do esquartejamento, era feito no local. Na Fig. 28 representam-se três terceiros molares inferiores, dois direitos e um esquerdo, cujas dimensões evidenciam a pequenez dos exemplares, o que facilmente se explica pelas condições de secura e de pasto deficiente. A prova de que a maioria dos exemplares servia para obtenção de carne reside no facto de corresponderem a indivíduos subadultos, ainda com as epífises não soldadas às diáfises, indicando que eram abatidos logo que atingido o tamanho ideal. A ausência de marcas de fogo indica que o consumo da carne era feito sobretudo através de cozidos, em grandes caldeiros, como os representados na Fig. 30, que também serviam para a preparação das tartarugas, como ali se encontra claramente indicado. Mas estas também eram assadas ao lume, como se deduz das marcas de fogo directo que conservam.

Naturalmente, que algumas destas cabras, designadamente as apascentadas — dado que algumas delas poderiam ser caçadas — seriam utilizadas para a produção de leite e de queijo, como ainda hoje se verifica na ilha. Com efeito, a cabra continua a ser um dos poucos animais domésticos que sobrevive naquele clima seco e árido. Assim foi também no passado, onde desde cedo constituiu, dada a facilidade da sua procriação e adaptação às condições locais, uma das principais fontes de alimentação dos naturais, com todos os prejuízos decorrentes da sua multiplicação para a própria vegetação e protecção do solo, dada a sua voracidade.

2.5.2. *Bos taurus* (Fig. 28, n.º 1)

Recolheu-se no Q. S, entre a superfície e os 10 cm de profundidade, um pequeno primeiro ou segundo molar inferior, cuja diâmetro mésio distal, medido na base da coroa é de 20,3 mm (não foi possível medir o diâmetro vestibulo lingual, pelo facto de a peça se encontrar fracturada).

A pequenez deste exemplar denota, tal como a das cabras, condições adversas de subsistência, sendo, além disso, animal excepcional na ilha, utilizado, mais do que na obtenção de carne, na produção de força motriz e de leite.

Não obstante tratar-se de um único exemplar, a sua ocorrência indica que a respectiva comunidade, ao menos durante um período da ocupação do local, detinha estabilidade suficiente, compatível com a fase de utilização da cabana.

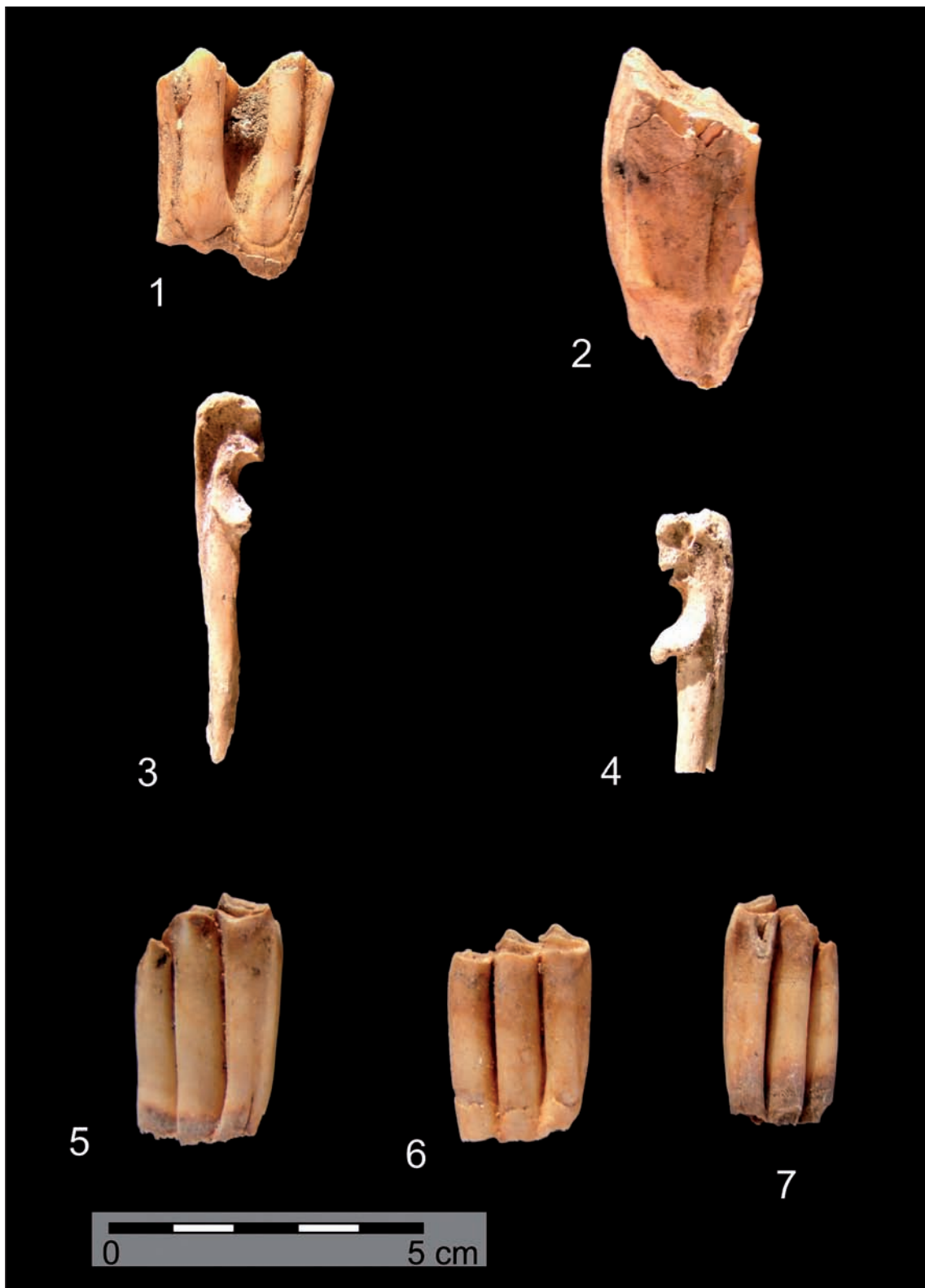


Fig. 28 Concheiro de Salamansa. Materiais faunísticos recolhidos em 2005 (1 a 4) e em 1998 (5 a 7). 1 - molar inferior de bovino doméstico (*Bos taurus*), de pequenas dimensões; 2 - molar superior de burro (*Equus asinus*); 3 e 4 - dois cúbitos de gato (*Felis catus*) de lados opostos, embora não do mesmo animal, por serem de tamanhos distintos; 5 a 7 - terceiros molares inferiores de cabra (*Capra hircus*), com desgaste fraco e de pequenas dimensões, dois direitos e um esquerdo (foto de J. L. Cardoso).

2.5.3. *Equus asinus* (Fig. 28, n.º 2)

No Q. H, entre a superfície e os 10 cm de profundidade, recolheram-se dois dentes jugais superiores de burro, pertencentes ao mesmo indivíduo: um terceiro molar superior esquerdo, que se encontra representado, e um fragmento de dente superior, provavelmente o segundo molar superior esquerdo, incompleto.

O burro, pela sua capacidade de resistência, afigura-se animal bem adaptado às condições climáticas da ilha, sendo por isso utilizado como animal de carga e de transporte, tal como o boi.

2.5.4. *Felis catus* (Fig. 28, n.ºs 3 e 4)

No Q. A, entre 20 e 40 cm de profundidade e no Q. J, entre a superfície e 10 cm de profundidade, recolheram-se duas porções anteriores de dois cúbitos de gato, de lados e tamanhos diferentes, que não se confundem com outras alternativas de felinos africanos como a *Civettictis civetta*, o gato-de-algália, cuja distribuição ocupa toda a África subsariana, tendo interesse económico, para a produção de almíscar, utilizado na perfumaria. A ocorrência desta espécie doméstica — que teria ali farto alimento com base nos desperdícios do pescado — explica-se por constituir animal de companhia do homem, mesmo em ambientes aparentemente pobres, como este.

3. Cronologia absoluta

Diversas amostras, de diferentes tipos — da biosfera terrestre (ossos de cabra) e da biosfera marinha (conchas de *Patella* sp. e carapaças de tartaruga) — provenientes do concheiro de Salamansa, foram datadas pelo radiocarbono. As datas convencionais obtidas, seguindo as recomendações de Stuiver & Polach (1997), encontram-se no Quadro 3, acompanhadas de alguns dados julgados pertinentes, designadamente a respectiva proveniência e o valor do fraccionamento isotópico em ^{13}C .

Quadro 3. Datas convencionais de radiocarbono para Salamansa.				
Ref. de Laboratório	Ref. da Amostra	Tipo de Amostra	$\delta^{13}\text{C}$ (‰)	Data ^{14}C (BP)
Sac-1616	Salamansa C1	Ossos (cabra)	-13,13	275±60
Sac-1528	Salamansa C1 P	<i>Patella</i> spp.	-4,63	860±40
Sac-1530	Salamansa C2 P	<i>Patella</i> spp.	0	730±35
Sac-1531	Salamansa C6 P	<i>Patella</i> spp.	+3,10	830±35
Sac-2167	Salamansa QA Am1	Ossos (cabra)	-11,91	130±40
Sac-2132	Salamansa QA Am1 P1	<i>Patella</i> spp. (fracção intermédia)	+3,42	530±35
Sac-2133	Salamansa QA Am1 P2	<i>Patella</i> spp. (fracção interna)	+3,39	570±35
Sac-2164	Salamansa G20/40 T	Tartaruga (carapaça)	-10	500±120
Sac-2166	Salamansa G20/40	Ossos (cabra)	-10,59	150±35
Sac-2165	Salamansa QA Am2	Ossos (cabra)	-7,34	140±50

Note-se que as primeiras quatro datas foram publicadas anteriormente (Cardoso & *alii*, 2003–2004) e que os valores de $\delta^{13}\text{C}$ das amostras de osso indicam que estas se encontram muito enriquecidas neste isótopo, o que resultará dos animais (cabras) se terem alimentado de plantas C4 (plantas tropicais) que apresentam valores de $\delta^{13}\text{C}$ entre -17 e -9‰ (Coleman & Fry, 1991).

Uma vez que existem dois pares de datas obtidas a partir de amostras contemporâneas mas provenientes de reservatórios geoquímicos diferentes — (Sac-1616 - Sac-1528), (Sac-2167 - Sac-2133) — é possível calcular, em relação ao radiocarbono, o valor do efeito de reservatório oceânico, ΔR , bem como a idade aparente das conchas marinhas ou idade de reservatório, $R(t)$ (Soares, 2005, 2010). Para esses cálculos não se tomou em conta a data Sac-2132, obtida a partir da fracção intermédia da amostra de conchas Salamansa QA Am1, que se considerou apenas como um indicador da fiabilidade da data Sac-2133. Uma vez que estas duas datas são estatisticamente não diferenciáveis e os valores de $\delta^{13}\text{C}$ são também não diferenciáveis e positivos, então a fracção interna da amostra utilizada nos cálculos (Salamansa QA Am1 P2) não deverá estar contaminada por quaisquer carbonatos.

O cálculo de ΔR para cada par de amostras (marinha/terrestre) foi efectuado recorrendo à metodologia proposta por Stuiver & Braziunas (1993) e Reimer & *alii* (2002). Assim, a data convencional de radiocarbono da amostra da biosfera terrestre foi convertida numa data da biosfera marinha fazendo uso da curva de calibração terrestre (IntCal09 - Reimer & *alii*, 2009) — determinação da data calibrada — e a partir do valor obtido foi determinada a “idade marinha modelada”, fazendo agora uso da curva de calibração marinha (Marine09 - Reimer & *alii*, 2009). A diferença entre a idade convencional da amostra marinha do par e a “idade marinha modelada” corresponde ao valor de ΔR para esse par de amostras (Stuiver & Braziunas, 1993).

Os valores de $R(t)$, ou seja da idade de reservatório, foram obtidos através da diferença entre as datas convencionais de radiocarbono das amostras da biosfera marinha e da biosfera terrestre constituintes de cada par datado (Stuiver & *alii*, 1986).

Assim, obteve-se para ΔR o valor médio de 70 ± 70 anos ^{14}C e para $R(t)$ os valores de 585 ± 70 e 440 ± 50 anos ^{14}C (ver Quadro 4).

Quadro 4. Cálculo dos valores de ΔR e $R(t)$.				
Ref. de Laboratório	Ref. da Amostra	Tipo de Amostra	$\delta^{13}\text{C}$ (‰)	Data convencional (BP)
Sac-1616	Salamansa C1	Ossos	-13,13	275±60
Sac-1528	Salamansa C1 P	<i>Patella spp.</i>	-4,63	860±40
$\Delta R = 191 \pm 133$ anos ^{14}C			$R(t) = 585 \pm 72$ anos ^{14}C	
Sac-2167	Salamansa QA Am1	Ossos	-11,91	130±40
Sac-2132*	Salamansa QA Am1 P1	<i>Patella spp.</i> (f. intermédia)	+3,42	530±35
Sac-2133	Salamansa QA Am1 P2	<i>Patella spp.</i> (f. interna)	+3,39	570±35
$\Delta R = 26 \pm 83$ anos ^{14}C			$R(t) = 440 \pm 50$ anos ^{14}C	
Valor médio de ΔR: 70 ± 70 anos ^{14}C				

* Data não tomada em conta no cálculo de ΔR e $R(t)$.

Estes valores de ΔR e $R(\tau)$, positivos e relativamente elevados, estão de acordo com a existência de um upwelling activo nas águas que banham as ilhas de Cabo Verde, o qual é aqui um fenómeno sazonal, essencialmente de Inverno (Láiz & *alii*, 2009; Pelegrí & *alii*, 2006; Wooster & *alii*, 1976), ao contrário do que acontece na margem ocidental da Península Ibérica, em que o fenómeno, também sazonal, é de Verão (Ferreira, 1984; Fiúza, 1982; Soares & Dias, 2006).

Com base no valor médio de ΔR foi possível converter em anos de calendário solar as datas convencionais de radiocarbono obtidas a partir de amostras da biosfera marinha, fazendo uso da curva Marine09 (Reimer & *alii*, 2009). Não se calibrou a data Sac-2164, obtida a partir de uma amostra constituída por fragmentos de carapaça de tartaruga marinha, dado o grande desvio-padrão associado e o desconhecimento acerca do ambiente ou ambientes precisos em que estes animais viveram, o que torna incerta a aplicabilidade para este tipo de amostra marinha do valor de ΔR determinado. As datas assim calibradas, bem como as obtidas a partir de amostras da biosfera terrestre, as quais foram convertidas em anos de calendário solar através da curva IntCal09 (Reimer & *alii*, 2009), encontram-se no Quadro 5.

Quadro 5. Calibração* das datas convencionais de radiocarbono de Salamansa.						
Ref. de Laboratório	$\delta^{13}C$ (‰)	Data ^{14}C (BP)	Data Calibrada			
			1 σ (cal AD)	Probabilidade	2 σ (cal AD)	Probabilidade
Sac-1616	-13,13	275±60	1500–1500	0,004155	1456–1683 1735–1805 1934–1951	0,837792 0,130336 0,031872
			1512–1601	0,56203		
			1616–1667	0,358418		
			1782–1796	0,075397		
Sac-1530	0	730±35	1532–1707	1,	1477–1836	1,
Sac-1531	3,10	830±35	1487–1630	1,	1434–1688	1,
Sac-2167	-11,91	130±40	1681–1708	0,169614	1670–1780 1798–1896 1902–1944 1950–1953	0,413495 0,415907 0,160782 0,009816
			1718–1738	0,119524		
			1756–1762	0,033158		
			1803–1827	0,145749		
			1832–1888	0,361099		
			1911–1937	0,163776		
Sac-2166	-10,59	150±35	1670–1695	0,176076	1666–1711 1716–1783 1796–1891 1909–1953	0,174269 0,312131 0,33055 0,18305
			1726–1779	0,38331		
			1798–1813	0,107133		
			1838–1843	0,027985		
			1852–1868	0,092115		
			1873–1876	0,016049		
			1918–1943	0,18642		
			1950–1952	0,010912		
Sac-2165	-7,34	140±50	1675–1699	0,139225	1667–1783 1796–1896 1902–1953	0,440596 0,375514 0,183889
			1704–1705	0,00495		
			1720–1777	0,315692		
			1799–1818	0,109673		
			1833–1880	0,266863		
			1915–1941	0,154536		
1951–1952	0,009062					

* Utilizaram-se, através do programa CALIB 6.0.1 (Stuiver & Reimer, 1993), as curvas INTCAL09 e MARINE09 (Reimer & *alii*, 2009) para a calibração das datas de Salamansa obtidas a partir de amostras da biosfera terrestre e da biosfera marinha, respectivamente. Utilizou-se para ΔR o valor de 70 ± 70 anos ^{14}C .

No caso das amostras da biosfera terrestre, a grande dispersão dos intervalos de calibração (e o mesmo se dirá dos valores elevados dos desvios-padrão associados aos ΔR anteriormente mencionados) resulta do troço da curva de calibração utilizado, o qual tem um andamento ondulado horizontal (Reimer & *alii*, 2004, Fig. 3a). Devido a essa incerteza inerente ao troço da curva de calibração em causa, apenas poderá dizer-se, com base na datação pelo radiocarbono, que o concheiro de Salamansa poderá ter tido início no século XVI e as suas ocupações não terão ultrapassado o século XIX. Além disso, as datas Sac-1616, 1528, 1530 e 1531, comparadas com as do grupo constituído por Sac-2167, 2132, 2133, 2164, 2166 e 2165, apontam para um “momento” mais antigo, provavelmente para o início da ocupação do concheiro de Salamansa. Admitindo que é real a antecedência dos contextos datados pelo primeiro grupo de datas, então pode construir-se um modelo simples, fazendo uso do programa OxCal v.4.1.3 (Bronk Ramsey, 2001), tendo em conta esse desiderato. Na Fig. 29 e no Quadro 6 apresenta-se o resultado dessa modelação.

Quadro 6. Calibração, fazendo uso de uma estatística bayesiana*, das datas convencionais de radiocarbono de Salamansa.					
Ref. de Laboratório	Data ¹⁴ C (BP)	Data Calibrada Modelada			
		1 σ (cal AD)	Probabilidade	2 σ (cal AD)	Probabilidade
Sac-1616	275±60	1579–1600 1613–1676	8,6 59,6	1503–1685	95,4
Sac-1530	730±35	1595–1680	68,2	1517–1706	95,4
Sac-1531	830±35	1580–1675	68,2	1497–1688	95,4
Sac-2167	130±40	1669–1760	68,2	1664–1783	75,7
				1797–1890	18,7
				1917–1926	1,0
Sac-2166	150±35	1667–1708 1720–1770	39,2 29,0	1662–1785	78,1
				1795–1879	15,7
				1921–1936	1,6
Sac-2165	140±50	1667–1764	68,2	1660–1890	94,7
				1919–1927	0,7

* Utilizaram-se, através do programa OxCal v4.1.3 (Bronk Ramsey, 2001), as curvas INTCAL09 e MARINE09 (Reimer & *alii*, 2009) para a calibração das datas de Salamansa obtidas a partir de amostras da biosfera terrestre e da biosfera marinha, respectivamente. Utilizou-se para ΔR o valor de 70 ± 70 anos ¹⁴C (ver Quadro 4). Admitiu-se que os contextos datados pelo primeiro grupo de três datas são mais antigos que os datados pelo último grupo de três datas.

Torna-se, assim, mais clara a inferência atrás expressa, isto é, que as primeiras ocupações remontam ao século XVI ou, com maior probabilidade, ao século XVII, prolongando-se a ocupação do concheiro até ao século XVIII ou, com menor probabilidade, até ao século XIX. Tais conclusões são, como se viu, plenamente concordantes com as informações fornecidas pela tipologia dos artefactos arqueológicos exumados.

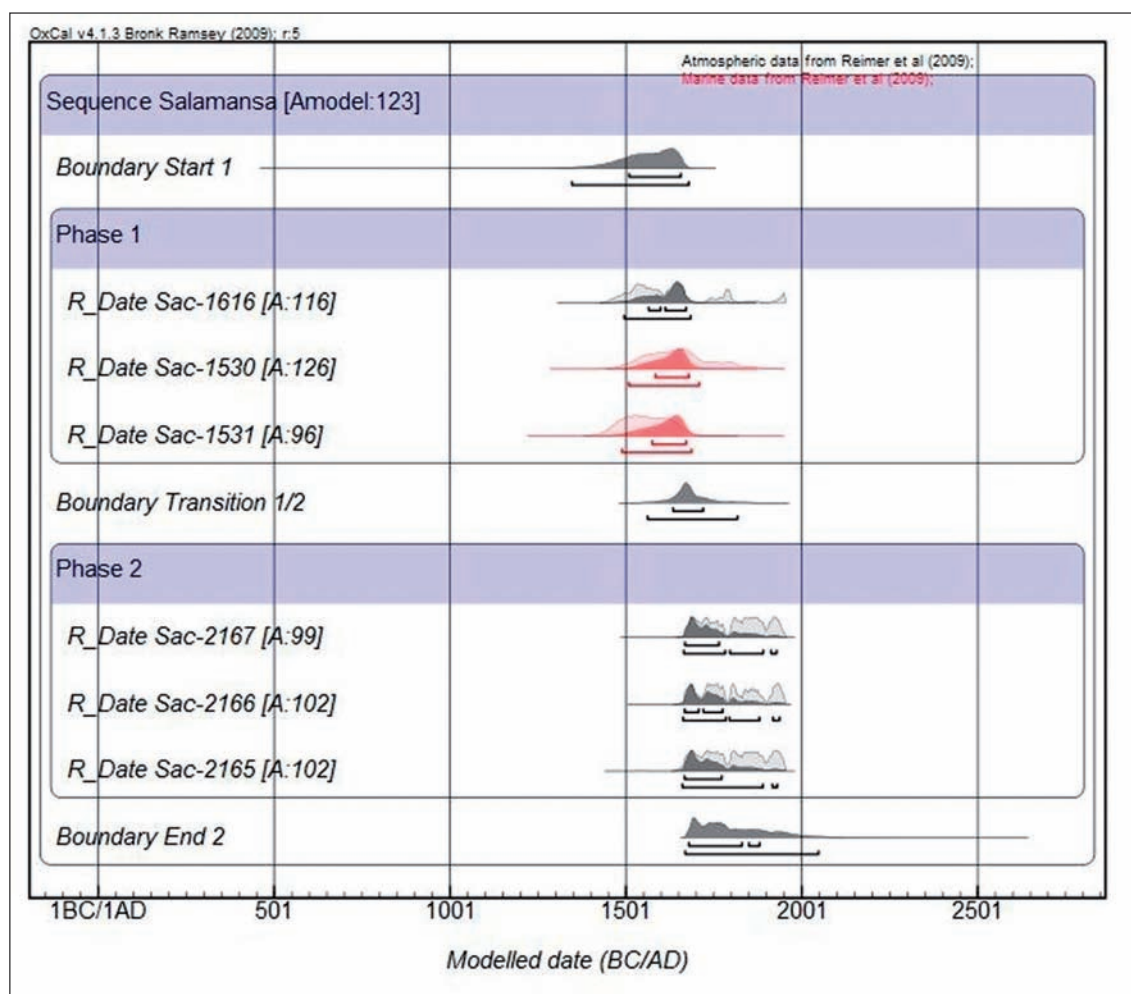


Fig. 29 Concheiro de Salamansa. Representação gráfica da modelação bayesiana efectuada sobre as datas de radiocarbono obtidas.

4. Rituais

Os dois vasos fechados de colo alto encontrados, respectivamente, em 1998 e em 2005 foram, como se disse, enterrados intencionalmente com a abertura voltada para baixo, no interior da habitação e ao longo da única parede dela conservada. Em ambos os casos, observa-se bem a abertura do covacho, interrompendo o piso rubefacto da habitação, para a deposição dos recipientes, a que se junta um esférico baixo, colocado igualmente com a abertura em contacto com o solo, encontrado junto ao mesmo muro, mas do seu lado externo. Esta prática, de carácter evidentemente ritual, terá acompanhado o abandono da cabana, reflectindo a crença de que todos os objectos que nela tiveram uso se encontravam definitivamente interditos e associados ao destino daquela construção. Esta realidade tornar-se-ia ainda mais forte se houvesse mortos a lamentar. Conhecem-se, no registo arqueológico, diversas situações, desde a Pré-História e a Proto-História do território português até à Época Romana, que documentam a prática de colocar intencionalmente determinados recipientes no terreno, associando-os assim ao abandono das correspondentes estruturas, ou a outras cerimónias propiciatórias. É o caso de dois recipientes, profusamente decorados, colocados no topo do contraforte calcólico do povoado fortificado do Outeiro

Redondo (Sesimbra) (escavações inéditas do primeiro signatário), precedendo o abandono definitivo do local e, reportando-se à I Idade do Ferro, do recipiente depositado, depois de intencionalmente partido *in situ*, no topo do talude do povoado da Cachouça (Idanha-a-Nova), entre os blocos que o constituíam, como que a corporizar a sua definitiva condenação (Vilaça, 2008).

Nos finais da Idade do Ferro do sul do actual território português, esta prática confunde-se com rituais com outro significado: assim se explica a descoberta, em Miróbriga, sob um solo de terra batida, de dois pequenos recipientes invertidos, um dos quais continha restos de uma ave sacrificada (Soren, 1982, p. 39). Esta prática encontra-se também presente na época romana: na área da *villa* de Freiria (Cascais), deparou-se com um pote de cerâmica comum contendo os restos de um galináceo, tendo-lhe sido atribuída ligação às “divindades infernais vagueantes pelo local e cuja influência maligna importava exorcizar” (Cardoso, 2002). Terá sido também com o mesmo propósito que os vasos de Salamansa, abandonada a casa onde foram utilizados, foram subtraídos intencionalmente a ulteriores aproveitamentos.

É interessante observar, a tal propósito, que, aquando da conferência que o primeiro signatário apresentou no Centro Cultural do Mindelo, no final dos trabalhos, em 31 de Abril de 2005, alguns dos presentes interpretaram deste modo esta realidade, que então lhes foi em primeira mão apresentada.

5. A integração dos resultados da escavação na realidade histórica

Os interessantes resultados obtidos nas missões realizadas em 1998 e em 2005, justificavam tentativa de interpretação alargada, através de integração no contexto histórico documentado nas fontes escritas. Afinal, importava, acima de tudo, interpretar, do ponto de vista social e cultural a realidade evidenciada pela escavação.

Foram as ilhas do arquipélago de Cabo Verde do grupo de barlavento as últimas a serem identificadas, apontando-se a data de 22 de Janeiro de 1462 para o avistamento ou prévio reconhecimento da ilha de São Vicente, cujo nome do santo, comemorado naquele dia, precisa com rigor a respectiva data (Costa, 1939, p. 19). Logo depois, a carta régia de 19 de Setembro de 1462 acrescenta às ilhas mencionadas na carta régia de 3 de Agosto de 1460, que apenas referia cinco ilhas, todas as restantes que fazem parte do arquipélago (Ribeiro, 1955, p. 5). A sua colonização iniciou-se pela ilha de Santiago, cerca de 1462, ou seja, na altura em que ainda se vinham descobrindo as ilhas mais ocidentais.

Aquando do achamento, todas as ilhas do arquipélago se encontravam despovoadas de gente (Ribeiro, 1955; Amaral, 1991), e a maioria permaneceu deserta por muitos anos, sendo de concluir que nos inícios do século XVI apenas duas ilhas estivessem povoadas: Santiago e São Filipe (Ribeiro, 1955, p. 18). Com efeito, entre 1505 e 1508, Valentim Fernandes, regista a fol. 195/62 do seu precioso códice, referindo-se à ilha de São Vicente o seguinte:

Ella tem poucos aruoredos e poucas agoas

Ella he pourada de cabras e nom de gente // (Costa, 1997, p. 161).

Mesmo o início da colonização da ilha fronteira de Santo Antão, muito mais propícia à ocupação humana, pela maior disponibilidade de água e de terras de cultivo, só terá sido iniciado em 1548, ou pouco antes (Ribeiro, 1955, p. 25), ano em que D. João III doara a ilha a Pêro da Fonseca (diploma de 13 de Janeiro de 1548), prometendo que lhe outorgaria foral em tudo semelhante ao de

Santiago, caso ela se povoasse. Aliás, já lá havia gado, “que estaria a ser explorado de forma intensa, dando não só carne, mas também peles e sebo” (Rego, 1965–1966, p. 73). Não espanta, assim, que a presença humana em São Vicente, apesar das perigosas correntes do canal que separa as duas ilhas, pudesse relacionar-se com visitas esporádicas, talvez com a finalidade de dar caça às cabras, para onde foram lançadas com tal finalidade, logo desde a data da descoberta, como refere Valentim Fernandes, e que rapidamente se multiplicaram pela ilha, tal qual o verificado em outras. Esta realidade está explicitada por Silva Rego, afirmando que “As ilhas, consideradas desabitadas, onde havia apenas cabras e de vez em quando gado *vacum*, deviam ter alguns escravos para cuidarem dos animais e das culturas experimentais. De vez em quando tais ilhas eram visitadas por funcionários dos capitães-donatários para proceder ao abate dos animais, à preparação das suas carnes e couros e também ao fabrico do sebo” (Rego, 1965–1966, p. 74). Desta transcrição realça-se a importância da presença de escravos, que estiveram na origem do relevo atribuído à ilha de Santiago, a partir da qual se controlava o comércio de escravos oriundos do litoral da Guiné, com destinos variados, de início directamente para a metrópole, depois para outros destinos das Américas (Carreira, 1972).

Admitindo-se uma relação de domínio sobre São Vicente por parte dos habitantes de Santo Antão, pode aceitar-se que uma comunidade de escravos se tivesse fixado na baía de Salamansa, fronteira àquela ilha e dela visível, de forma a assegurar as actividades económicas como as referidas, as quais, de tempos a tempos, eram reportadas a agentes dela oriundos. Com efeito, como é assinalado por diversos autores, com destaque para António Carreira, os escravos desempenhavam papel fundamental no desenvolvimento das actividades económicas do arquipélago, designadamente nas de carácter agrícola; esta hipótese e a consequente valorização da presença de uma pequena colónia de escravos poderão explicar a assinalável quantidade de cerâmicas manuais, de produção indígena, bem como os rituais de cunho igualmente indígena, corporizados pelo enterramento dos vasos sob o chão da habitação, provavelmente abandonada ainda no século XVII. Esta, de carácter claramente europeu, atesta a origem e domínio daqueles que os controlavam.

Mas a existência de um estabelecimento com as características do explorado poderia ultrapassar o simples papel de entreposto local entre duas ilhas. A sua situação, em baía abrigada e capaz de albergar navios de grande porte, como é assinalado por C. J. de Senna Barcelos (1892, p. 62), perto de um ponto de tomada de água, ainda hoje corporizado por velho poço situado próximo, mencionado por Friedlaender (1914, p. 84), tornaria o local adequado à permanência de navios e das respectivas tripulações. Acresce a tais vantagens a facilidade de captura de alimento, não só o fornecido pelas cabras, mas sobretudo o resultante da captura de tartarugas, cozidas em grandes caldeiros metálicos, como é ilustrado na Fig. 30, ou assadas sobre o fogo, como atestam as marcas conservadas na carapaça e plastrão, as quais, conservadas em sal, poderiam servir para abastecimento dos navios em alto-mar. Esta é, pois, mais uma explicação que deve ser considerada para o estabelecimento em causa.

Com efeito, conjuntamente com o Porto Grande, que actualmente serve a cidade do Mindelo, então ainda não povoado, é a baía de Salamansa que detinha as melhores condições de abrigo na ilha para a navegação de longo curso. Esta realidade leva a admitir ainda outra possibilidade, a do estabelecimento ali identificado e escavado corresponder a um abrigo circunstancial para a pirataria, florescente no arquipélago desde o século XVI, onde persistiu até o século XVIII (Rego, 1965–1966, pp. 82, 83). A importância económica desta actividade, desenvolvida a desfavor dos Portugueses por indivíduos de diversas nacionalidades, é claramente sublinhada em numerosos documentos da época (Carreira, 1972), situação que se explica pelo importante papel desempenhado pelo arquipélago e, particularmente, pela ilha de Santiago, no comércio marítimo atlântico dessa época, servindo de porto de escala aos navios que vinham do Oriente, carregados de bens preciosos,



Fig. 30 Cenas da vida quotidiana na ilha de Santo Antão (em cima) e de São Vicente (em baixo), segundo gravura holandesa sobre cobre de meados do século XVIII. Propriedade de J. L. Cardoso.

bem assim como aos que provinham do Brasil, atraindo naturalmente muitos aventureiros àquela proveitosa actividade. Em abono desta hipótese, há a registar a presença de produtos de luxo orientais, como o pequeníssimo fragmento de porcelana da época Ming, dos finais do século XVI, incompatível, naturalmente, com estabelecimento de escravos. Mais uma vez, importa recorrer ao registo histórico. J. C. C. de Chelmicki, favorável à hipótese de refúgio de pirataria, ao descrever as ilhas do arquipélago, refere-se à de São Vicente nos seguintes termos (Chelmicki, 1841, p. 24):

Esta ilha por muito tempo não foi habitada, visitavam na somente, tanto Portuguezes, como Estrangeiros para pescas e salgas de tartaruga e apanha de burros e caça de cabras bravas; com tudo no século XVI foi dada ao Conde de Portalegre, que ali introduziu a 1.^a Colónia. *Gennes* e *Frezier* mencionam já ter alguns habitantes, no tempo que lá estiveram, com tudo o Decreto de 1781 e a Carta Regia de 1795 expressamente dizem — *nova povoação da ilha de S. Vicente, uma das desertas da Capitania de Cabo-Verde*.

A referência à falta de habitantes encontra eco nas palavras de I. Friedlaender (1914, p. 19), ao referir que “a ilha ficou durante muito tempo inteiramente desabitada após a sua descoberta, foi depois utilizada como lugar de degredo para condenados...”, embora não tenha sido possível ao autor documentar ou justificar a sua afirmação.

Esta transcrição vem evidenciar o facto de, apesar das tentativas de colonização, verificadas aparentemente desde o século XVI, e de que existiriam outras provas documentais observadas em outros locais do litoral que permitiriam desembarque acessível, a ilha, nos finais do século XVIII, permanecia desabitada. Porém, nos decénios anteriores daquele século, a ilha encontrava-se seguramente habitada, conforme mostra a gravura holandesa do século XVIII, reproduzida na Fig. 30, onde se encontra ilustrado, de forma quase alegórica, o modo de vida então vigente em Santo Antão e em São Vicente.

Tentativa consequente para contrariar tal situação é a que respeita à Carta Régia de 22 de Julho de 1795, através da qual foi concedido a João Carlos da Fonseca o direito de promover o povoamento da ilha, dando-lhe meios para tal, como isenções de impostos por espaço de dez anos; fornecimento de instrumentos de agricultura e fabris; mantimentos para dois anos; e sementes distribuídas aos vinte casais que vieram da ilha do Fogo, de onde era também originário o dito J. C. Fonseca; mas a empresa não teve sucesso; porém, em 1819, eram já 120 os habitantes da ilha (Chelmicki, 1841, p. 25), prova de que houve entretanto nova tentativa, e esta conseguida; a partir daí, esse número não deixou de aumentar. Segundo I. Friedlaender (1914, p. 24), deve-se ao então cônsul inglês, no início da segunda metade do século XIX a identificação quase acidental das excelentes condições do porto de São Vicente (refere-se ao Porto Grande, que serve a cidade do Mindelo) como escala e de reabastecimento dos navios a vapor que sulcavam o Atlântico sul, cujo comércio passou a ser controlado por companhias inglesas, passando aquele porto a constituir passagem obrigatória da circulação marítima, tal como nos séculos anteriores as naus e caravelas demandavam, nas suas escalas, sobretudo, as ilhas de sotavento. Logo depois, a importância da ilha aumentou com as comunicações transcontinentais, constituindo à data (1914), o mais importante centro de cabos submarinos do Mundo.

Uma das razões da tardia ocupação efectiva da ilha prende-se com a escassez de água e com a pouca produtividade dos solos, agravada pela destruição do já escasso e frágil coberto vegetal, provocada pela multiplicação desregrada de cabras, no decurso dos séculos anteriores; conforme é referido por I. Friedlaender, uma boa parte da planície central da ilha, ainda poucas dezenas de anos antes, ou seja, em meados do século XIX, constituía bons terrenos de pastagens (Friedlaender, 1914, p. 83). A importância económica que o Porto Grande atingiu na segunda metade do século XIX justificou trabalhos de captação de água e outros trabalhos hidráulicos que tornaram extremamente atractivas determinadas propriedades agrícolas, a par da importância do porto do Mindelo, na segunda metade do século XIX, como acima se referiu.

Em suma: foi demonstrada a presença na baía de Salamansa de uma comunidade multicultural, resultante de influxos tanto africanos, aparentemente dominantes, como europeus, que, provavelmente, desde os finais do século XVI que ali se fixou e manteve, ainda que intermitentemente, até ao século XVIII. Esta comunidade poderia ser constituída essencialmente por escravos, e encontrar-se directamente relacionada com a exploração agro-pecuária da vizinha ilha de Santo Antão, que lhe fica fronteiria; no entanto, a existência de peças finas, resultantes do comércio português com o oriente, permite pensar que, em determinada etapa, o local, dadas as boas condições oferecidas para o abrigo de navios, e o isolamento naturalmente oferecido, fosse procurado circunstancialmente por marginais, tanto europeus como africanos, entregues ou não a acções de pirataria, que constituía uma actividade relevante desde os finais do século XV até ao século XVIII no arquipélago. Tal actividade era efectuada por holandeses, ingleses e franceses, atraídos pela importância económica do arquipélago, com destaque para o comércio de escravos, a tal ponto que António Carreira a designou como uma “sociedade escravocrata”. No final do século XVIII, no entanto, a ilha encontrava-se deserta, antecedendo diversas tentativas de povoamento dos primór-

dios do século XIX, que acabaram por vingar. Assim, a conclusão geral que se pode extrair dos trabalhos arqueológicos efectuados, dos materiais exumados e das datações absolutas realizadas, é o reconhecimento da baía de Salamansa como primeiro local seguramente habitado da ilha de São Vicente.

Agradecimentos

Ao CPAS, Instituição sob a égide da qual se efectuaram as duas missões arqueológicas, em 1998 e em 2005, na pessoa da sua Presidente, Dr.^a Margarida Farrajota; ao Governo de Cabo Verde, na pessoa do Dr. Carlos Carvalho, Presidente do Instituto de Investigação e do Património Culturais; e à Câmara Municipal de São Vicente, na pessoa da sua Presidente, Dr.^a Isaura Gomes, e do seu anterior Presidente, Dr. Onésimo Silveira, os apoios logísticos, técnicos ou financeiros que tornaram possível a realização dos trabalhos. Deve-se, ainda, ao CPAS a candidatura de ambas as missões ao financiamento concedido, respectivamente, pela então Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, em 1998, e pela Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, em 2005.

A todos os participantes nas escavações realizadas em 2005, especialmente a arqueóloga Dr.^a Alexandra Gradim, o Dr. Hamilton Jair Fernandes e a Dr.^a Isa Lelis, que prestaram uma colaboração tão excelente quanto desinteressada, tornando possível a escavação integral do sítio no curto espaço de tempo disponível para o efeito.

A Bernardo Ferreira, desenhador de Arqueologia que, para além da colaboração na escavação, se encarregou do registo da planta e dos cortes estratigráficos e dos desenhos dos materiais arqueológicos que ilustram o trabalho.

Ao Senhor António, presidente da Junta de Freguesia de Salamansa, pela inestimável colaboração que prestou tanto nos trabalhos de campo, como na manutenção sob vigilância do sítio arqueológico; ao Senhor Carlos, motorista e funcionário da Câmara Municipal de São Vicente, que diariamente transportou a equipa, sempre ao som da sua estação preferida, a rádio “Morabeza”;

Ao Prof. Doutor M. Telles Antunes, que apoiou a determinação específica de alguns dos restos de mamíferos recuperados;

Ao Doutor José Carlos Quaresma, pelos elementos bibliográficos fornecidos sobre a prática de enterramentos rituais de recipientes na época romana;

Aos Mestres Guilherme Cardoso e José Luís Gomes, os esclarecimentos prestados, respectivamente, no domínio das cerâmicas portuguesas e no da armaria;

À Dr.^a Teresa Médici, os comentários sobre as peças de vidro recuperadas;

Aos Senhores João Pedro Duarte e José Reis Fernandes, a classificação das produções orientais, que tanta importância tiveram no estabelecimento da época da primeira ocupação do concheiro;

A José M. Matos Martins, o auxílio precioso na aplicação do programa OxCal e na discussão do tratamento estatístico utilizado no âmbito da determinação da cronologia absoluta da ocupação, com base nas datas de radiocarbono obtidas;

E, finalmente, a todos os cabo-verdianos que, com o seu interesse sempre presente e actuante, deram alento para, no curto tempo disponível, levar a bom termo o objectivo pretendido.

NOTAS

- * Professor Catedrático de Arqueologia e Pré-História da Universidade Aberta. Coordenador do Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras (Câmara Municipal de Oeiras). arqueolo@univ-ab.pt
- ** Investigador Principal do Instituto Tecnológico e Nuclear.

BIBLIOGRAFIA CITADA

- AMARAL, Ilídio do (1991) - *História Geral de Cabo Verde*. Lisboa: IICT.
- BARCELLOS, Christiano José de Senna (1892) - *Roteiro do archipelago de Cabo Verde*. Lisboa: Typographia do jornal “As Colónias Portuguezas”.
- BRONK RAMSEY, Christopher (2001) - Development of the radiocarbon calibration program OxCal. *Radiocarbon*. Tucson, AZ. 43:2A, pp. 355–363.
- CARDOSO, Guilherme (2002) - Enterramento ritual de um *Gallus domesticus* juvenil. In *Religiões da Lusitânia*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, p. 485.
- CARDOSO, João Luís (1998a) - *Relatório preliminar sobre as investigações arqueológicas do concheiro de Salamansa (Ilha de São Vicente, Cabo Verde) de 2 a 7 de Abril de 1998*. Lisboa: Relatório entregue ao Centro Português de Actividades Subaquáticas (CPAS).
- CARDOSO, João Luís (1998b) - *O concheiro de Salamansa: nota preliminar sobre uma ocupação arqueológica na ilha de S. Vicente (Cabo Verde)*. Lisboa: Relatório entregue ao Centro Português de Actividades Subaquáticas (CPAS).
- CARDOSO, João Luís (2008) - Resultados das escavações arqueológicas realizadas no claustro do antigo Convento de Jesus (Academia das Ciências de Lisboa) entre Junho e Dezembro de 2004. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 8:1, pp. 259–284.
- CARDOSO, João Luís; SOARES, António Manuel Monge; REINER, Francisco; GUERREIRO, António; BARRADAS, Carlos; COSTA, Ricardo; CARVALHO, Carlos (2002) - O concheiro de Salamansa (ilha de São Vicente, arquipélago de Cabo Verde): nota preliminar. *Portugalia*. Porto. 23, pp. 221–231.
- CARREIRA, António (1972) - *Cabo Verde. Formação e extinção de uma sociedade escravocrata (1460–1878)*. Porto: Centro de Estudos da Guiné Portuguesa.
- CHELMICKI, José Conrado Carlos de (1841) - *Corografia cabo-verdiana ou descrição geographico-historica*. Tomo I. Lisboa: Typ. de L. C. da Cunha.
- COLEMAN, David C.; FRY, Brian (1991) - *Carbon isotope techniques*. San Diego, CA: Academic Press, Inc.
- COSTA, Abel Fontoura da (1939) - *Cartas das ilhas de Cabo Verde de Valentim Fernandes / 1506–1508*. Lisboa: Agência Geral das Colónias.
- COSTA, José Pereira da, ed. (1997) - *Códice Valentim Fernandes*. Lisboa: Academia Portuguesa da História.
- FERREIRA, Denise de Brum (1984) - *Le systéme climatique de l’upwelling Ouest Ibérique* [Relatório n.º 19 da Linha de Acção de Geografia Física]. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos; INIC.
- FIÚZA, Armando Falcão de Gusmão (1982) - The Portuguese coastal upwelling system. In *Actual problems of oceanography in Portugal*. Lisboa: Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, pp. 45–71.
- FRIEDLAENDER, Immanuel (1914) - *Subsídios para o conhecimento das ilhas de Cabo Verde. Resultados de uma viagem de estudo no Verão de 1912*. Lisboa: Sociedade de Geografia de Lisboa.
- GONÇALVES, José Júlio (1965–1966) - A informação na Guiné, em Cabo Verde e em São Tomé e Príncipe. *Curso de Extensão Universitária. Ano lectivo de 1965/1966*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina, pp. 167–376.
- LÁIZ, Irene; SANGRÀ, Pablo; PELEGRÍ, José Luis (2000) - Variabilidad estacional del borde oriental del Giro Subtropical del Atlántico Norte. In *3.º Simpósio sobre a Margem Ibérica Atlântica, Universidade do Algarve, 25-27 de Setembro de 2000*. Faro: Universidade do Algarve, pp. 159–160.
- LIMA, José Joaquim Lopes de (1844) - *Ensaíos sobre a estatística das possessões portuguezas na África Occidental e Oriental, na Ásia Occidental, na China, e na Oceânia*. Lisboa: Imprensa Nacional, vol. 1, pp. 103–104.
- PELEGRÍ, José Luis; MARRERO DÍAZ, María de los Ángeles; RATSIMANDRESY, Andry William (2006) - Nutrient irrigation of the North Atlantic. *Progress in Oceanography*. Amsterdam. 70:2–4, pp. 366–406.
- REGO, António da Silva (1965–1966) - *Reflexões sobre o primeiro século da história cabo-verdiana (1460–1580)*. *Curso de Extensão Universitária. Ano lectivo de 1965/1966*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina, pp. 69–83.
- REIMER, Paula J.; McCORMAC, Francis Gerard; MOORE, Janine; McCORMICK, Finbar; MURRAY, Emily V. (2002) - Marine radiocarbon reservoir corrections for the mid- to late Holocene in the eastern subpolar North Atlantic. *The Holocene*. London. 12:2, pp. 129–135.

- REIMER, Paula J.; BAILLIE, Mike G.L.; BARD, Edouard; BAYLISS, Alex; BECK, J. Warren; BERTRAND, Chanda J.H.; BLACKWELL, Paul G.; BUCK, Caitlin E.; BURR, George S.; CUTLER, Kirsten B.; DAMON, Paul E.; EDWARDS, R. Laurence; FAIRBANKS, Richard; FRIEDRICH, Michael; GUILDERSON, Thomas P.; HOGG, Alan G.; HUGHEN, Konrad A.; KROMER, Bernd; McCORMAC, Gerry; MANNING, Sturt; BRONK RAMSEY, Christopher; REIMER, Ron W.; REMMELE, Sabine; SOUTHON, John R.; STUIVER, Minze; TALAMO, Sahra; TAYLOR, Frederick W.; van der PLICHT, Johannes; WEYHENMEYER, Constanze E. (2004) - IntCal04 Terrestrial Radiocarbon Age Calibration, 0-26 cal Kyr BP. *Radiocarbon*. Tucson, AZ. 46:3, pp. 1029-1058.
- REIMER, Paula J.; BAILLIE, Mike G. L.; BARD, Edouard; BAYLISS, Alex; BECK, J. Warren; BERTRAND, Chanda J. H.; BLACKWELL, Paul G.; BRONK RAMSEY, Christopher; BUCK, Caitlin E.; BURR, George S.; EDWARDS, R. Laurence; FRIEDRICH, Michael; GROOTES, Pieter M.; GUILDERSON, Thomas P.; HAJDAS, Irka; HEATON, T. J.; HOGG, Alan G.; HUGHEN, Konrad A.; KAISER, Klaus Felix; KROMER, Bernd; McCORMAC, F. Gerry; MANNING, Sturt W.; REIMER, Ron W.; RICHARDS, D. A.; SOUTHON, John R.; TALAMO, Sahra; TURNEY, Chris S.; VAN DER PLICHT, Johannes; WEYHENMEYER, Constanze E. (2009) - IntCal09 and Marine09 radiocarbon age calibration curves, 0-50,000 years cal BP. *Radiocarbon*. Tucson, AZ. 51:4, pp. 1111-1150.
- RIBEIRO, Orlando (1955) - Primórdios da ocupação das ilhas de Cabo Verde. Separata da *Revista da Faculdade de Letras*. Lisboa. 2ª. Série. 21:1.
- SOARES, António Manuel Monge (2005) - *Variabilidade do "Upwelling" costeiro durante o Holocénico nas margens atlânticas ocidental e meridional da Península Ibérica*. [Tese de Doutoramento]. Faro: Faculdade de Ciências do Mar e do Ambiente/Universidade do Algarve.
- SOARES, António Manuel Monge (2010) - Comment on "Formation of chenier plain of the Doñana marshland (SW Spain): Observations and geomorphic model" by A. Rodríguez Ramírez and C. M. Yáñez Camacho [Marine Geology 254 (2008) 187-196]. *Marine Geology* doi: 10.1016/j.margeo.2009.07.017.
- SOARES, António Manuel Monge; DIAS, João Manuel Alveirinho (2006) - Coastal upwelling and radiocarbon: evidence for temporal fluctuations in ocean reservoir effect off Portugal during the Holocene. *Radiocarbon*. Tucson, AZ. 48:1, pp. 45-60.
- SOREN, David (1982) - Excavations at Mirobriga: the 1982 season: the forum area. *Muse*. Columbia, MO. 16, pp. 36-43.
- STUIVER, Minze; BRAZIUNAS, Thomas F. (1993) - Modeling atmospheric ^{14}C influences and ^{14}C ages of marine samples to 10,000 BC. *Radiocarbon*. Tucson, AZ. 35:1, pp. 137-189.
- STUIVER, Minze; PEARSON, Gordon W.; BRAZIUNAS, Thomas F. (1986) - Radiocarbon Age Calibration of marine samples back to 9000 cal yr BP. *Radiocarbon*. Tucson, AZ. 28(2B), pp. 980-1021.
- STUIVER, Minze; POLACH, Henry A. (1997) - Discussion. Reporting of ^{14}C Data. *Radiocarbon*. Tucson, AZ. 19:3, pp. 355-363.
- STUIVER, Minze; REIMER, Paula J. (1993) - Extended ^{14}C Data Base and Revised CALIB 3.0 ^{14}C Age Calibration". *Radiocarbon*. Tucson, AZ. 35:1, pp. 215-230.
- WOOSTER, Warren S.; BAKUN, Andrew; McLAIN, Douglas R. (1976) - The seasonal upwelling cycle along the eastern boundary of the North Atlantic. *Journal of Marine Research*. New Haven, CT. 34:2, pp. 131-141.